

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	10
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	15
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	17
--	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026	19
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025	20
--------------------------------	----

Demonstração de Valor Adicionado	21
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	22
--------------------------	----

Notas Explicativas	26
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	78
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	79
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	380.253
Preferenciais	0
Total	380.253
Em Tesouraria	
Ordinárias	1.072
Preferenciais	0
Total	1.072

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	21.475.364	17.717.170
1.01	Ativo Circulante	4.195.657	2.459.901
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.193.242	456.892
1.01.02	Aplicações Financeiras	267.154	311.379
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	267.154	311.379
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	267.154	311.379
1.01.03	Contas a Receber	1.449.349	1.426.302
1.01.03.01	Clientes	1.449.349	1.426.302
1.01.04	Estoques	97.507	99.818
1.01.06	Tributos a Recuperar	91.226	88.020
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	91.226	88.020
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	91.226	88.020
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	97.179	77.490
1.01.08.03	Outros	97.179	77.490
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	12.846	16.748
1.01.08.03.02	Diversos	49.910	25.405
1.01.08.03.03	Convênio de Cooperação Técnica	27.536	27.609
1.01.08.03.04	Bancos e Aplicações de Convênios	6.887	7.728
1.02	Ativo Não Circulante	17.279.707	15.257.269
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.049.606	5.989.531
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	111.208	96.295
1.02.01.04	Contas a Receber	149.029	130.372
1.02.01.04.01	Clientes	59.514	47.623
1.02.01.04.03	Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	40.603	34.515
1.02.01.04.05	Adiantamentos e Outros	48.912	48.234
1.02.01.07	Tributos Diferidos	303.973	262.597
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	303.973	262.597
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.485.396	5.500.267
1.02.01.10.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	1.846.670	1.946.537
1.02.01.10.05	Direito de Uso de Arrendamento Mercantil	63.471	89.189
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato	3.575.255	3.464.541
1.02.02	Investimentos	694.651	659.332
1.02.02.01	Participações Societárias	694.651	659.332
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	694.651	659.332
1.02.03	Imobilizado	1.739.471	1.745.329
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.739.471	1.745.329
1.02.04	Intangível	8.795.979	6.863.077
1.02.04.01	Intangíveis	8.795.979	6.863.077
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	8.795.979	6.863.077

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	21.475.364	17.717.170
2.01	Passivo Circulante	2.648.191	1.822.937
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	167.775	149.803
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	167.775	149.803
2.01.02	Fornecedores	385.082	418.717
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	385.082	418.717
2.01.03	Obrigações Fiscais	121.654	113.939
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	114.630	108.107
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	114.630	108.107
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.024	5.832
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	790.451	749.653
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	168.367	147.421
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.778	58.018
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	109.589	89.403
2.01.04.02	Debêntures	622.084	602.232
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	622.084	602.232
2.01.05	Outras Obrigações	1.072.338	302.843
2.01.05.02	Outros	1.072.338	302.843
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	300.207	131.701
2.01.05.02.04	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	9.466	0
2.01.05.02.06	Convênio de Cooperação Técnica	150	138
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada	43.131	45.139
2.01.05.02.08	Obrigações Diversas	98.784	97.382
2.01.05.02.09	Obrigações - Arrendamento Mercantil	55.364	24.603
2.01.05.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	165.236	3.880
2.01.05.02.11	Obrigações com o Poder Concedente	400.000	0
2.01.06	Provisões	110.891	87.982
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	110.891	87.982
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	110.891	87.982
2.02	Passivo Não Circulante	10.058.369	7.315.930
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.581.944	6.832.383
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.056.199	2.218.556
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	632.604	647.080
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.423.595	1.571.476
2.02.01.02	Debêntures	6.525.745	4.613.827
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	6.525.745	4.613.827
2.02.02	Outras Obrigações	1.251.443	274.242
2.02.02.02	Outros	1.251.443	274.242
2.02.02.02.03	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	47.737	47.737
2.02.02.02.05	Depósitos para Obras	45.369	44.141
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada	71.446	80.221
2.02.02.02.07	Diversos	26.645	25.593
2.02.02.02.08	Obrigações - Arrendamento Mercantil	11.117	71.740
2.02.02.02.09	Convênio de Cooperação Técnica	4.852	4.810
2.02.02.02.10	Obrigações com o Poder Concedente	1.044.277	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04	Provisões	224.982	209.305
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	224.982	209.305
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais	224.982	209.305
2.03	Patrimônio Líquido	8.768.804	8.578.303
2.03.01	Capital Social Realizado	5.000.000	5.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-8.576	-8.576
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.576	-8.576
2.03.04	Reservas de Lucros	3.601.774	3.601.774
2.03.04.01	Reserva Legal	663.208	663.208
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.744.838	2.744.838
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	193.728	193.728
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	190.508	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-14.902	-14.895

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.082.236	2.038.335
3.01.01	Serviços de Água	1.237.592	1.231.818
3.01.02	Serviços de Esgoto	645.979	630.087
3.01.03	Receitas de Construção	196.484	175.103
3.01.04	Receitas de Resíduos Sólidos	1.379	1.327
3.01.05	Receitas com Controladas	802	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.173.307	-1.098.851
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-976.823	-923.748
3.02.02	Custo de Construção	-196.484	-175.103
3.03	Resultado Bruto	908.929	939.484
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-377.983	-344.462
3.04.01	Despesas com Vendas	-172.678	-115.243
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-99.542	-71.416
3.04.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	-73.136	-43.827
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-158.273	-185.062
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.669	9.652
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-70.479	-52.246
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-70.479	-52.246
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.778	-1.563
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	530.946	595.022
3.06	Resultado Financeiro	-75.460	-22.412
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	455.486	572.610
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-87.382	-144.101
3.08.01	Corrente	-128.758	-154.326
3.08.02	Diferido	41.376	10.225
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	368.104	428.509
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	368.104	428.509
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,97	1,13
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,97	1,13

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	368.104	428.509
4.03	Resultado Abrangente do Período	368.104	428.509

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	520.678	561.364
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	780.158	745.030
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	368.104	428.509
6.01.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	73.136	43.827
6.01.01.04	Encargos e Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-81.926	-1.647
6.01.01.05	Receitas e Despesas de Juros, Líquidas	134.261	78.670
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-41.376	-10.225
6.01.01.07	Resultado da Equivalência Patrimonial	-4.778	1.563
6.01.01.08	Ganho (Perda) na Baixa de Intangível e Imobilizado	-13.267	-1.285
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	247.088	216.600
6.01.01.10	Constituição (Reversão) de Provisões	17.855	14.301
6.01.01.11	Provisão com Benefícios de Aposentadoria	0	-69
6.01.01.12	Ativos Financeiros	-95.625	-24.181
6.01.01.13	Outros	-1.398	-1.762
6.01.01.16	Provisão para Perdas de Estoque	1.324	729
6.01.01.18	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	176.760	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	21.526	68.322
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-108.074	-186.150
6.01.02.02	Estoques	2.190	-979
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-3.206	-2.876
6.01.02.07	Adiantamento de Repasse Tarifário	2.092	2.039
6.01.02.09	Outros Ativos	-14.414	8.823
6.01.02.10	Fornecedores	-33.635	-4.098
6.01.02.11	Impostos, Taxas, Contribuições e Obrigações Sociais	125.190	190.705
6.01.02.12	Provisão para Férias e 13º Salário	17.972	13.575
6.01.02.13	Participação dos Empregados nos Lucros	22.909	26.422
6.01.02.14	Convênio de Cooperação Técnica	127	7.228
6.01.02.15	Contingências	-2.178	-4.069
6.01.02.16	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	9.466	8.957
6.01.02.17	Outras Obrigações	3.178	12.392
6.01.02.20	Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	-91	-3.647
6.01.03	Outros	-281.006	-251.988
6.01.03.01	Juros Pagos	-150.208	-120.696
6.01.03.02	Juros Pagos a Parceria Público Privada	-4.236	-3.676
6.01.03.03	Pagamento de IR/CSLL	-126.562	-127.616
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-581.504	-507.006
6.02.07	Valor Recebido pela Venda de Imobilizado	13.499	2.946
6.02.08	Aumento de Capital em Subsidiárias	0	-23.794
6.02.10	Aquisição de Ativos de Contrato	-435.817	-350.209
6.02.11	Aquisição de Ativos Intangíveis	-191.607	-151.616
6.02.12	Aquisição de Ativos Imobilizados	-17.102	-7.558
6.02.13	Caução em Garantia de Financiamentos	-5.227	5.062
6.02.14	Bancos e Aplicação de Convênio	841	48
6.02.18	Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	53.909	18.115

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.797.176	-167.950
6.03.01	Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.002.652	8.825
6.03.02	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-148.137	-140.687
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-3	0
6.03.10	Dividendos Pagos	-7	0
6.03.12	Custo de Captação	-10.763	0
6.03.13	Pagamento do Passivo de Arrendamento Mercantil	-22.607	-26.879
6.03.14	Pagamento a Parceria Público Privada	-8.555	-9.209
6.03.15	Pagamentos Instrumentos Financeiros Derivativos	-15.404	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.736.350	-113.592
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	456.892	614.732
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.193.242	501.140

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.000.000	-8.576	3.601.774	0	-14.895	8.578.303
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.000.000	-8.576	3.601.774	0	-14.895	8.578.303
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	368.104	0	368.104
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	368.104	0	368.104
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-177.596	-7	-177.603
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-177.603	0	-177.603
5.06.11	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	11	-11	0
5.06.12	IR e CS diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-4	4	0
5.07	Saldos Finais	5.000.000	-8.576	3.601.774	190.508	-14.902	8.768.804

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.606.531	-8.576	4.432.760	0	17.514	8.048.229
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.606.531	-8.576	4.432.760	0	17.514	8.048.229
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	428.509	0	428.509
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	428.509	0	428.509
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-180.562	-7	-180.569
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-113.334	0	-113.334
5.06.10	Dividendos Complementares	0	0	0	-67.235	0	-67.235
5.06.11	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	10	-10	0
5.06.12	IR e CS diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-3	3	0
5.07	Saldos Finais	3.606.531	-8.576	4.432.760	247.947	17.507	8.296.169

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	2.220.062	2.194.166
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.077.161	2.053.238
7.01.02	Outras Receitas	19.553	9.652
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	18.669	9.652
7.01.02.03	Receitas com Controladas	884	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	196.484	175.103
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-73.136	-43.827
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-792.718	-729.854
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-644.143	-605.833
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-97.138	-89.879
7.02.04	Outros	-51.437	-34.142
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.427.344	1.464.312
7.04	Retenções	-247.088	-216.600
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-247.088	-216.600
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.180.256	1.247.712
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	304.709	155.621
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	4.778	-1.563
7.06.02	Receitas Financeiras	299.931	157.184
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.484.965	1.403.333
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.484.965	1.403.333
7.08.01	Pessoal	382.979	385.107
7.08.01.01	Remuneração Direta	235.100	234.657
7.08.01.02	Benefícios	107.094	105.958
7.08.01.03	F.G.T.S.	17.876	18.070
7.08.01.04	Outros	22.909	26.422
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	22.909	26.422
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	313.302	370.314
7.08.02.01	Federais	294.294	352.660
7.08.02.02	Estaduais	17.912	16.446
7.08.02.03	Municipais	1.096	1.208
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	420.580	219.403
7.08.03.01	Juros	405.832	210.557
7.08.03.02	Aluguéis	14.656	8.777
7.08.03.03	Outras	92	69
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	368.104	428.509
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	177.603	113.334
7.08.04.02	Dividendos	0	67.235
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	190.501	247.940

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	21.493.578	17.737.247
1.01	Ativo Circulante	4.270.556	2.533.931
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.242.819	503.654
1.01.02	Aplicações Financeiras	267.154	311.379
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	267.154	311.379
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	267.154	311.379
1.01.03	Contas a Receber	1.479.984	1.450.516
1.01.03.01	Clientes	1.479.984	1.450.516
1.01.04	Estoques	104.260	106.140
1.01.06	Tributos a Recuperar	92.373	88.900
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	92.373	88.900
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	92.373	88.900
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	83.966	73.342
1.01.08.03	Outros	83.966	73.342
1.01.08.03.01	Adiantamentos a Empregados	13.173	16.980
1.01.08.03.02	Diversos	36.242	20.894
1.01.08.03.03	Convênio de Cooperação Técnica	27.525	27.602
1.01.08.03.04	Bancos e Aplicações de Convênios	7.026	7.866
1.02	Ativo Não Circulante	17.223.022	15.203.316
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.355.861	6.265.246
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	111.208	96.295
1.02.01.04	Contas a Receber	150.119	131.331
1.02.01.04.01	Clientes	60.190	48.209
1.02.01.04.03	Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	40.603	34.515
1.02.01.04.05	Adiantamentos e Outros	49.326	48.607
1.02.01.07	Tributos Diferidos	304.834	263.361
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	304.834	263.361
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.789.700	5.774.259
1.02.01.10.03	Ativos Financeiros - Contratos de Concessão	1.919.070	2.016.687
1.02.01.10.05	Direito de Uso de Arrendamento Mercantil	63.832	89.857
1.02.01.10.06	Ativo de Contrato	3.806.798	3.667.715
1.02.03	Imobilizado	1.752.334	1.758.090
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.752.334	1.758.090
1.02.04	Intangível	9.114.827	7.179.980
1.02.04.01	Intangíveis	9.114.827	7.179.980
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	9.114.827	7.179.980

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	21.493.578	17.737.247
2.01	Passivo Circulante	2.664.999	1.841.630
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	169.745	151.419
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	169.745	151.419
2.01.02	Fornecedores	393.893	429.595
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	393.893	429.595
2.01.03	Obrigações Fiscais	124.831	116.707
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	117.690	110.785
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Federais	117.690	110.785
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7.141	5.922
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	790.451	749.653
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	168.367	147.421
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	58.778	58.018
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	109.589	89.403
2.01.04.02	Debêntures	622.084	602.232
2.01.04.02.01	Não Conversíveis	622.084	602.232
2.01.05	Outras Obrigações	1.075.188	306.274
2.01.05.02	Outros	1.075.188	306.274
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	300.207	131.701
2.01.05.02.04	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	9.466	0
2.01.05.02.06	Convênio de Cooperação Técnica	150	138
2.01.05.02.07	Parceria Público Privada	43.131	45.139
2.01.05.02.08	Obrigações Diversas	101.409	100.297
2.01.05.02.09	Obrigações - Arrendamento Mercantil	55.589	25.119
2.01.05.02.10	Instrumentos Financeiros Derivativos	165.236	3.880
2.01.05.02.11	Obrigações com o Poder Concedente	400.000	0
2.01.06	Provisões	110.891	87.982
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	110.891	87.982
2.01.06.01.07	Participação dos Empregados nos Lucros	110.891	87.982
2.02	Passivo Não Circulante	10.059.775	7.317.314
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	8.581.944	6.832.383
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.056.199	2.218.556
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	632.604	647.080
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.423.595	1.571.476
2.02.01.02	Debêntures	6.525.745	4.613.827
2.02.01.02.01	Não Conversíveis	6.525.745	4.613.827
2.02.02	Outras Obrigações	1.251.893	274.786
2.02.02.02	Outros	1.251.893	274.786
2.02.02.02.03	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	47.737	47.737
2.02.02.02.05	Depósitos para Obras	45.369	44.141
2.02.02.02.06	Parceria Público Privada	71.446	80.221
2.02.02.02.07	Diversos	27.014	26.004
2.02.02.02.08	Obrigações - Arrendamento Mercantil	11.198	71.873
2.02.02.02.09	Convênio de Cooperação Técnica	4.852	4.810
2.02.02.02.10	Obrigações com o Poder Concedente	1.044.277	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2.02.04	Provisões	225.938	210.145
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	225.938	210.145
2.02.04.01.06	Provisão para Demandas Judiciais	225.938	210.145
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	8.768.804	8.578.303
2.03.01	Capital Social Realizado	5.000.000	5.000.000
2.03.02	Reservas de Capital	-8.576	-8.576
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-8.576	-8.576
2.03.04	Reservas de Lucros	3.601.774	3.601.774
2.03.04.01	Reserva Legal	663.208	663.208
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.744.838	2.744.838
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	193.728	193.728
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	190.508	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-14.902	-14.895

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.128.135	2.061.361
3.01.01	Serviços de Água	1.264.189	1.244.615
3.01.02	Serviços de Esgoto	661.049	634.235
3.01.03	Receitas de Construção	201.518	181.184
3.01.04	Receitas de Resíduo Sólido	1.379	1.327
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.205.964	-1.121.354
3.02.01	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.004.446	-940.170
3.02.02	Custo de Construção	-201.518	-181.184
3.03	Resultado Bruto	922.171	940.007
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-390.011	-346.227
3.04.01	Despesas com Vendas	-173.872	-115.762
3.04.01.01	Despesas com Vendas	-100.295	-71.511
3.04.01.02	Perdas de Crédito Esperadas das Contas a Receber de Clientes	-73.577	-44.251
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-163.462	-187.352
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	18.686	9.833
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-71.363	-52.946
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-71.363	-52.946
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	532.160	593.780
3.06	Resultado Financeiro	-72.637	-21.170
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	459.523	572.610
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-91.419	-144.101
3.08.01	Corrente	-132.892	-154.326
3.08.02	Diferido	41.473	10.225
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	368.104	428.509
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	368.104	428.509
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	368.104	428.509
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,97	1,13
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,97	1,13

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	368.104	428.509
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	368.104	428.509
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	368.104	428.509

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	533.888	562.110
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	793.156	746.723
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	368.104	428.509
6.01.01.02	Perdas de Crédito esperadas das Contas a Receber de Clientes	73.577	44.251
6.01.01.04	Encargos e Variações Monetárias e Cambiais, Líquidas	-81.926	-1.647
6.01.01.05	Receitas e Despesas de Juros, Líquidas	134.269	78.542
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-41.473	-10.225
6.01.01.08	Ganho (Perda) na Baixa de Intangível e Imobilizado	-13.311	-1.434
6.01.01.09	Depreciação e Amortização	255.251	219.757
6.01.01.10	Constituição (Reversão) de Provisões	17.901	14.452
6.01.01.11	Provisão com Benefícios de Aposentadoria	0	-69
6.01.01.12	Ativos Financeiros	-96.004	-24.388
6.01.01.13	Outros	-1.398	-1.762
6.01.01.16	Provisão para Perdas de Estoque	1.406	737
6.01.01.18	Variações Instrumentos Financeiros Derivativos	176.760	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	25.450	67.377
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	-115.025	-186.925
6.01.02.02	Estoques	1.761	-1.210
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-3.473	-3.157
6.01.02.07	Adiantamento de Repasse Tarifário	2.092	2.039
6.01.02.09	Outros Ativos	-4.983	8.519
6.01.02.10	Fornecedores	-35.701	-3.836
6.01.02.11	Impostos, Taxas, Contribuições e Obrigações Sociais	129.303	190.759
6.01.02.12	Provisão para Férias e 13º Salário	18.326	13.865
6.01.02.13	Participação dos Empregados nos Lucros	22.909	26.422
6.01.02.14	Convênio de Cooperação Técnica	131	7.229
6.01.02.15	Contingências	-2.109	-4.066
6.01.02.16	Obrigações de Benefícios de Aposentadoria	9.466	8.957
6.01.02.17	Outras Obrigações	2.844	12.428
6.01.02.20	Programa de Desligamento Voluntário Incentivado - PDVI	-91	-3.647
6.01.03	Outros	-284.718	-251.990
6.01.03.01	Juros Pagos	-150.216	-120.698
6.01.03.02	Juros Pagos a Parceria Público Privada	-4.236	-3.676
6.01.03.03	Pagamento de IR/CSLL	-130.266	-127.616
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-591.759	-496.535
6.02.07	Valor recebido pela venda de imobilizado	13.499	3.095
6.02.10	Aquisição de Ativos de Contrato	-443.847	-361.205
6.02.11	Aquisição de Ativos Intangíveis	-193.816	-152.965
6.02.12	Aquisição de Ativos Imobilizados	-17.116	-8.684
6.02.13	Caução em Garantia de Financiamentos	-5.227	5.062
6.02.14	Bancos e Aplicação de Convênio	839	47
6.02.18	Resgates de Títulos e Valores Mobiliários	53.909	18.115
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	1.797.036	-167.977
6.03.01	Ingresso de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	2.002.652	8.825

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.03.02	Amortização de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-148.137	-140.687
6.03.04	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-3	0
6.03.10	Dividendos Pagos	-7	0
6.03.12	Custo de Captação	-10.763	0
6.03.13	Pagamento do Passivo de Arrendamento Mercantil	-22.747	-26.906
6.03.14	Pagamento a Parceria Público Privada	-8.555	-9.209
6.03.15	Pagamentos Instrumentos Financeiros Derivativos	-15.404	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.739.165	-102.402
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	503.654	642.082
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	2.242.819	539.680

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.000.000	-8.576	3.601.774	0	-14.895	8.578.303	0	8.578.303
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.000.000	-8.576	3.601.774	0	-14.895	8.578.303	0	8.578.303
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	368.104	0	368.104	0	368.104
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	368.104	0	368.104	0	368.104
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-177.596	-7	-177.603	0	-177.603
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-177.603	0	-177.603	0	-177.603
5.06.11	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	11	-11	0	0	0
5.06.12	IR e CS diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-4	4	0	0	0
5.07	Saldos Finais	5.000.000	-8.576	3.601.774	190.508	-14.902	8.768.804	0	8.768.804

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.606.531	-8.576	4.432.760	0	17.514	8.048.229	0	8.048.229
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.606.531	-8.576	4.432.760	0	17.514	8.048.229	0	8.048.229
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	428.509	0	428.509	0	428.509
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	428.509	0	428.509	0	428.509
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	-180.562	-7	-180.569	0	-180.569
5.06.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-113.334	0	-113.334	0	-113.334
5.06.10	Dividendos Complementares	0	0	0	-67.235	0	-67.235	0	-67.235
5.06.11	Amortização da Correção Monetária sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	10	-10	0	0	0
5.06.12	IR e CS diferidos sobre Ativos Corrigidos	0	0	0	-3	3	0	0	0
5.07	Saldos Finais	3.606.531	-8.576	4.432.760	247.947	17.507	8.296.169	0	8.296.169

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	2.269.701	2.218.676
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.123.074	2.071.910
7.01.02	Outras Receitas	18.686	9.833
7.01.02.01	Outras Receitas Operacionais	18.686	9.833
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	201.518	181.184
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-73.577	-44.251
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-812.113	-744.942
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-661.942	-619.595
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-98.476	-91.012
7.02.04	Outros	-51.695	-34.335
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.457.588	1.473.734
7.04	Retenções	-255.251	-219.757
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-255.251	-219.757
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.202.337	1.253.977
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	302.898	158.489
7.06.02	Receitas Financeiras	302.898	158.489
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.505.235	1.412.466
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.505.235	1.412.466
7.08.01	Pessoal	394.669	391.624
7.08.01.01	Remuneração Direta	244.832	239.295
7.08.01.02	Benefícios	108.767	107.551
7.08.01.03	F.G.T.S.	18.161	18.356
7.08.01.04	Outros	22.909	26.422
7.08.01.04.01	Participação dos Empregados nos Lucros	22.909	26.422
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	321.808	372.899
7.08.02.01	Federais	302.222	354.736
7.08.02.02	Estaduais	18.490	16.955
7.08.02.03	Municipais	1.096	1.208
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	420.654	219.434
7.08.03.01	Juros	405.850	210.568
7.08.03.02	Aluguéis	14.707	8.796
7.08.03.03	Outras	97	70
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	368.104	428.509
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	177.603	113.334
7.08.04.02	Dividendos	0	67.235
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	190.501	247.940

Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

A Companhia apresenta, a seguir, os comentários sobre o desempenho operacional e financeiro do primeiro trimestre de 2026 (1T26), em comparação com o primeiro trimestre de 2025 (1T25). As informações deste comentário de desempenho, exceto quando expressamente indicadas em contrário, referem-se ao consolidado.

1. Desempenho operacional

Concessões

Conforme apresentado na tabela a seguir, em março de 2026 a COPASA MG (consolidado) possuía 636 concessões para prestação de serviços de água e 309 concessões para prestação de serviços de esgotamento sanitário, sendo que estavam em operação 633 concessões de água e 273 de esgoto.

Concessões	03/2026			03/2025		
	Total	Controladora	COPANOR	Total	Controladora	COPANOR
Água						
Concessões	636	587	49	637	588	49
Em Operação	633	584	49	632	584	49
Esgoto						
Concessões	309	253	56	308	252	56
Em Operação	273	231	42	273	231	42

Dados operacionais

A seguir, são apresentados os principais dados operacionais consolidados e a evolução nos períodos comparativos:

Dados Operacionais Consolidado	1T26	1T25	1T26 X 1T25
Água			
Ligações (1.000 unidades)	4.811	4.737	1,6%
Economias (1.000 unidades)	5.800	5.714	1,5%
População Atendida (1.000 habitantes)	11.894	11.807	0,7%
Volume Distribuído (1.000 m³)	288.107	289.221	-0,4%
Volume Medido (1.000 m³)	170.169	170.907	-0,4%
Extensão de Rede (km)	69.826	68.305	2,2%
Esgoto			
Ligações (1.000 unidades)	3.346	3.270	2,3%
Economias (1.000 unidades)	4.313	4.185	3,1%
População Atendida (1.000 habitantes)	8.842	8.712	1,5%
Volume Medido (1.000 m³)	118.296	117.893	0,3%
Extensão de Rede (km)	35.194	34.321	2,5%

Comentário do Desempenho

Número de empregados

A seguir, são apresentados os números de empregados nos períodos comparativos:

Empregados e empregados por ligações (dados consolidados) (não revisados pelos auditores independentes)	1T26	1T25	1T26
			X 1T25
Número de empregados	9.836	10.038	-2,0%
Nº de empregados/mil ligações	1,22	1,27	-3,7%

(1) Número de empregados / 1.000 ligações de água e esgoto.

2. Desempenho financeiro

Receita líquida

A receita líquida total consolidada foi de R\$2,13 bilhões no 1T26, conforme tabela a seguir:

Receita Líquida Consolidada (R\$ mil)	1T26	1T25	Variação (Valor)	Variação (%)
Receita Líquida - Água	1.264.189	1.244.615	19.574	1,6%
Receita Líquida - Esgoto	661.049	634.235	26.814	4,2%
Receita Líquida - Resíduos Sólidos	1.379	1.327	52	3,9%
Receita de Construção	201.518	181.184	20.334	11,2%
Total da receita líquida	2.128.135	2.061.361	66.774	3,2%

A elevação na receita líquida de água e esgoto foi decorrente principalmente do reajuste tarifário aplicado em 22.01.2026, com Efeito Tarifário Médio (ETM) de 6,56% no âmbito da Controladora, cujo efeito nas faturas emitidas se deu de forma parcial nos primeiros 30 dias de aplicação, parcialmente compensado pela queda de 0,15% no volume medido de água e esgoto, bem como pelo efeito negativo de R\$ 21,5 milhões no Consumo a Faturar, nos dois períodos comparativos.

Custos e despesas

Os custos e despesas, incluindo custos de construção, totalizaram R\$1,54 bilhão no 1T26, contra R\$1,42 bilhão no 1T25, o que representa uma elevação de 8,3%, conforme tabela a seguir:

Custos e Despesas (Dados Consolidados -R\$ mil)	1T26	1T25	Variação (Valor)	Variação (%)
Pessoal ⁽¹⁾	(430.126)	(432.747)	2.621	-0,6%
Materiais Gerais	(19.543)	(27.659)	8.116	-29,3%
Materiais de Tratamento	(41.192)	(35.874)	(5.318)	14,8%
Serviços de Terceiros	(263.358)	(237.219)	(26.139)	11,0%
Energia Elétrica	(161.790)	(154.620)	(7.170)	4,6%
Despesas Gerais	(95.994)	(90.675)	(5.319)	5,9%
Depreciação e Amortização	(255.251)	(219.757)	(35.494)	16,2%
Créditos Tributários	329	255	74	29,0%
Reversão (Perdas) de Materiais Obsoletos	(1.278)	(737)	(541)	73,4%
Perdas de Crédito Esperadas das Contas a Receber de Clientes	(73.577)	(44.251)	(29.326)	66,3%
Custos de Construção	(201.518)	(181.184)	(20.334)	11,2%
Custos e Despesas - Total	(1.543.298)	(1.424.468)	(118.830)	8,3%

(1) Inclui custos previdenciários.

A seguir, são apresentados os comentários sobre os itens de custos e despesas que registraram as variações mais significativas:

Comentário do Desempenho

Pessoal e custos previdenciários: a variação negativa marginal em 0,6% é explicada, principalmente, pelo efeito líquido dos seguintes fatores, no âmbito da Controladora:

- reflexos nos salários, férias, 13º, dentre outros benefícios, decorrentes do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2025, cuja data base é novembro e que tomou como base o INPC (4,49%);
- redução de R\$4,6 milhões nas despesas com participação nos lucros;
- redução de R\$2,0 milhão nos gastos referentes a horas extras; e
- redução em 2,0% no número de empregados nos últimos 12 meses.

Materiais gerais: a redução observada foi decorrente de queda nos gastos referentes a material de conservação e manutenção de bens de sistemas operacionais e em custos com combustíveis e lubrificantes para veículos.

Serviços de terceiros: o aumento verificado nessa conta foi de 11,0%, decorrente, basicamente, de elevação nos gastos referentes a serviços técnicos profissionais, a serviços de transporte contratado, fretes e carreto, de caminhão pipa e a serviços de informática.

Energia elétrica: houve aumento de 4,6% na comparação entre o 1T25 e o 1T26, em função da elevação do consumo e dos custos, reflexo do reajuste nas tarifas do mercado cativo e do mercado livre, além da aplicação de bandeiras tarifárias mais caras no 1T26. Esses acréscimos foram parcialmente compensados pela mudança na matriz energética, com redução do consumo no mercado cativo e crescimento do mercado livre varejista.

Depreciação e amortização: o aumento de 16,2% nesse item no 1T26, comparativamente ao 1T25, foi decorrente, principalmente, de incorporações no imobilizado e no intangível ocorridas entre os 2 (dois) períodos comparativos.

Perdas de Crédito Esperadas das Contas a Receber de Clientes: a comparação fica prejudicada, pois no 1T25 o valor foi significativamente reduzido em decorrência de negociações de débitos antigos realizadas naquele trimestre. Adicionalmente, essa conta foi impactada pela elevação da receita e pela revisão anual da matriz de provisão ocorrida no 2T25.

Outras receitas (despesas) operacionais

A seguir, tabela com as outras receitas (despesas) operacionais nos períodos comparativos:

Outras receitas (despesas) operacionais (dados consolidados - R\$ mil)	1T26	1T25	Varição (valor)	Varição (%)
Receita de multas contratuais	2.700	3.575	(875)	-24,5%
Doações e subvenções p/investimentos	226	652	(426)	-65,3%
Ganho na alienação de bens	13.499	3.095	10.404	336,2%
Reversão de provisão não dedutível	2	84	(82)	-97,6%
Outras receitas	2.259	2.427	(168)	-6,9%
Total de outras receitas operacionais	18.686	9.833	8.853	90,0%
Demandas judiciais e indenizações	(31.182)	(24.460)	(6.722)	27,5%
Taxa da Arsae	(17.183)	(15.697)	(1.486)	9,5%
Despesas com preservação ambiental	(8.836)	(3.883)	(4.953)	127,6%
Impostos e tributos	(3.224)	(3.094)	(130)	4,2%
Passivo atuarial	-	-	-	-
Multas ambientais	(8.436)	(597)	(7.839)	1313,1%
Programa regulatório de pesquisa, desenvolvimento e inovação	(810)	(737)	(73)	9,9%
Outras despesas	(1.692)	(4.478)	2.786	-62,2%
Total de outras despesas operacionais	(71.363)	(52.946)	(18.417)	34,8%
Outras despesas operacionais, líquidas	(52.677)	(43.113)	(9.564)	22,2%

Comentário do Desempenho**Resultado financeiro**

A seguir, tabela com o resultado financeiro referente ao 1T26 e ao 1T25:

Resultado financeiro (dados consolidados - R\$ mil)	1T26	1T25	Variação (valor)	Variação (%)
Juros ativos	6.908	6.601	307	4,7%
Rendimentos com aplicações financeiras	39.260	27.107	12.153	44,8%
Receita de variação monetária	21.255	11.046	10.209	92,4%
Receita de ativos financeiros/outros	112.604	41.677	70.927	170,2%
Tributos sobre receita financeira	(3.907)	(2.861)	(1.046)	36,6%
Total das receitas financeiras	176.120	83.570	92.550	110,7%
Encargos sobre financiamentos	(146.036)	(106.924)	(39.112)	36,6%
Encargos sobre provisões judiciais	(1.610)	(3.932)	2.322	-59,1%
Despesa de variação monetária	(41.862)	(39.342)	(2.520)	6,4%
Outras despesas	(165)	(114)	(51)	44,7%
Total das despesas financeiras	(189.673)	(150.312)	(39.361)	26,2%
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	(13.553)	(66.742)	53.189	-79,7%
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros derivativos e variações cambiais	(59.084)	45.572	(104.656)	-229,6%
Resultado financeiro	(72.637)	(21.170)	(51.467)	243,1%

EBITDA e lucro líquido

O EBITDA da Companhia é uma medida não contábil elaborada pela COPASA MG. Seu cálculo é realizado em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas e consiste no lucro líquido do exercício ajustado pelas despesas financeiras líquidas, pelo imposto de renda e contribuição social corrente e diferido e pelas despesas de depreciação e amortização.

O EBITDA e a Margem EBITDA não constituem: (i) medidas contábeis reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro - International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo IASB; (ii) não devem ser considerados como substitutos do lucro líquido, indicadores do desempenho operacional ou substitutos do fluxo de caixa como indicador de liquidez da Companhia; e (iii) não possuem um significado padrão e podem não ser comparáveis a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

A seguir, tabela demonstrando a conciliação do Lucro Líquido ao EBITDA consolidado para os períodos comparativos, bem como a Margem EBITDA.

Lucro Líquido e EBITDA (dados consolidados - R\$ mil)	1T26	1T25	Variação (Valor)	Variação (%)
Lucro Líquido do Período	368.104	428.509	(60.405)	-14,1%
(+) Tributos sobre o Lucro	91.419	144.101	(52.682)	-36,6%
(+) Resultado Financeiro	72.637	21.170	51.467	243,1%
(+) Depreciações e Amortizações	255.251	219.757	35.494	16,2%
(=) EBITDA	787.411	813.537	(26.126)	-3,2%
(=) Margem EBITDA⁽¹⁾	40,9%	43,3%		

(1) A Margem EBITDA é calculada a partir da divisão do EBITDA pelo somatório da receita líquida consolidada de água, esgoto e resíduos sólidos.

Notas Explicativas

01. Contexto Operacional

1.1. Atividades

A Companhia de Saneamento de Minas Gerais, denominada “COPASA MG”, “Controladora” ou “Companhia”, com sede na cidade de Belo Horizonte, à Rua Mar de Espanha, 525, Bairro Santo Antônio, é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Minas Gerais (EMG). Seu objetivo é planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, administrar e explorar serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, podendo atuar no Brasil e no exterior.

A COPASA MG possui 100% de participação societária na subsidiária COPASA Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais S/A (“COPANOR”), criada pela Lei Estadual nº 16.698, de 17 de abril de 2007, com o objetivo de: planejar, projetar, executar, ampliar, remodelar, explorar e prestar serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário; coleta, reciclagem, tratamento e disposição final do lixo urbano, doméstico e industrial; drenagem e manejo das águas pluviais urbanas em localidades da região de planejamento do Norte de Minas e das Bacias Hidrográficas dos Rios Jequitinhonha, Mucuri, São Mateus, Buranhém, Itanhém e Jucuruçu.

Em setembro de 2024, conforme descrito na Nota Explicativa 8, a Companhia constituiu a subsidiária integral Copasa Patos Saneamento S.A. (“Copasa Patos”, “Subsidiária”, “Controlada”), cujo objeto social é planejar, executar, ampliar, remodelar e explorar serviços públicos de saneamento básico, com vistas a contribuir para o bem-estar social e para a melhoria da qualidade de vida da população do município de Patos de Minas.

1.2. Processo de privatização

Em 22 de dezembro de 2025, foi publicada a Lei Estadual nº 25.664, (“Lei”), por meio da qual o Poder Executivo Estadual está autorizado a adotar ações e medidas necessárias para promover a desestatização da COPASA MG, nos termos do inciso IV do §4º do art. 14 da Constituição do Estado, que poderá ser realizada por meio de alienação total ou parcial de participação societária de forma que o Estado deixe de deter o controle acionário da COPASA MG, direta ou indiretamente (“Desestatização”). A Desestatização insere-se no contexto das diretrizes estabelecidas pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020 (“Novo Marco do Saneamento”), que alterou um conjunto de leis do setor, voltada ao objetivo de promover a universalização dos serviços de saneamento.

A Lei prevê, ainda, que o estatuto social da COPASA MG deverá contemplar a emissão de ação preferencial de classe especial (*golden share*), de propriedade do Estado, conferindo-lhe poder de veto sobre determinadas matérias, tais como alteração da denominação ou sede e limites ao exercício do direito de voto por acionistas ou grupos de acionistas. Com a implementação da Desestatização, o Estado de Minas Gerais deixará de deter, direta ou indiretamente, o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais uma ação com direito a voto representativas do Capital Social e, portanto, deixará de deter o controle da COPASA MG.

Nos termos do Ofício SECGERAL/GAB GOVERNADOR nº 7, de 28 de janeiro de 2026, o Estado de Minas Gerais definiu que a Desestatização deverá ocorrer mediante o modelo de oferta pública de distribuição secundária de ações de emissão da COPASA MG e de titularidade do Estado de Minas Gerais, sem parcela primária, sob o rito de registro automático nos termos da Resolução CVM nº 160/2022, para emissores com grande exposição ao mercado (EGEM), com esforços de colocação internacional nos termos da *Rule 144A* editada pela *U.S. Securities and Exchange Commission* e do *Regulation S* (“Oferta de Privatização”).

A Oferta de Privatização poderá contar com a participação de investidor de referência, o qual poderá ingressar em uma tranche representativa de 30% (trinta por cento) do capital social da COPASA MG, sem prejuízo dele poder adquirir mais ações no âmbito da oferta a mercado. Caso haja alocação de ações para o investidor de referência, o Estado de Minas Gerais poderá continuar a deter 5% (cinco por cento) de sua participação e, eventualmente, celebrar um acordo de acionistas e/ou acordo de investimento com o referido investidor de referência. Na hipótese de a Oferta não contar com um investidor de referência, o Estado de Minas Gerais poderá alienar até a totalidade de sua participação, permanecendo com uma ação preferencial de classe especial (*golden share*).

Notas Explicativas

O investidor de referência deverá atender a critérios de qualificação previamente definidos com vistas a demonstrar sua capacidade financeira, bem como expertise no setor de infraestrutura, no Brasil e/ou no exterior, e seu compromisso de cumprimento do disposto no artigo 5º, da Lei Estadual n.º 25.664/2025, e de observância às disposições regulamentares aplicáveis à universalização dos serviços de saneamento básico previsto no Novo Marco Legal do Saneamento Básico (Lei Federal nº 14.026/2020), dentre outros critérios de habilitação usualmente adotados em processos de desestatização (e.g., apresentação de certidões para demonstração de regularidade fiscal).

Ainda, caso a Oferta de Privatização conte com a participação de um investidor de referência, será previsto um *lock-up* de (i) quatro anos para 100% (cem por cento) da participação adquirida na oferta-base; e (ii) o que ocorrer primeiro entre (a) 31 de dezembro de 2033, ou (b) o cumprimento das metas de universalização da prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em todos os municípios do Estado de Minas Gerais atendidos pela COPASA MG, conforme previstas nos instrumentos jurídicos celebrados pela COPASA MG com os respectivos titulares, para 50% da participação adquirida na oferta-base, em alinhamento ao prazo da universalização.

Ademais, em 23 de fevereiro de 2026, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária que aprovou, dentre outras matérias, reforma do estatuto da COPASA MG para, dentre outras alterações, permitir as adequações necessárias à Desestatização, e a criação de ação preferencial de classe especial, de titularidade exclusiva do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 17, §7º, da Lei das S.A. (*golden share*), a qual deverá conferir poder de veto nas deliberações sociais relacionadas a: a) alteração de denominação e sede da COPASA MG; e b) alteração no limite ao exercício do direito de voto atribuído a acionistas ou grupo de acionistas, disciplinado no estatuto social da COPASA MG, nos termos propostos pela Administração da COPASA MG. O estatuto social reformado na referida AGE está condicionado à liquidação da Oferta de Privatização.

O estatuto social proposto também prevê o percentual de 45% (quarenta e cinco por cento) correspondente ao limite máximo ao exercício de direito de voto, aplicável a qualquer acionista ou grupo de acionistas independentemente do número de ações ordinárias de emissão da COPASA MG por ele(s) detida(s).

Em 16 de abril de 2026, conforme divulgado em Comunicado ao Mercado na mesma data, a Companhia tomou conhecimento da decisão provisória do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (“TCE-MG”) no âmbito do Processo de Acompanhamento 1208049 tomada na 1ª Sessão Extraordinária realizada naquela data, autorizando a continuidade de determinadas etapas relacionadas à potencial oferta pública subsequente de ações de emissão da COPASA MG, a ser realizada no contexto do processo de desestatização, nos termos da Lei Estadual n.º 25.664/2025 (“Oferta”). A efetiva realização de Oferta envolve, dentre outros fatores, a prestação de esclarecimentos complementares eventualmente solicitados por órgãos de controle, a obtenção das aprovações aplicáveis (inclusive societárias e de credores), condições macroeconômicas e de mercado, a celebração dos contratos definitivos e o cumprimento dos procedimentos previstos na regulamentação vigente (Nota Explicativa 33 (b)).

Em 23 de abril de 2026, e conforme divulgado em Fato Relevante ao mercado, a Companhia recebeu do acionista controlador Ofício informando sobre a divulgação, na mesma data, de “Manual de Participação na Etapa Prévia do Processo de Seleção do Investidor de Referência”, em preparação para a potencial Oferta (Nota Explicativa 33 (b)).

1.3. Concessão de Belo Horizonte

Em 5 de dezembro de 2025, e conforme divulgado pela Companhia em Fato Relevante na mesma data, foi firmado com o Município de Belo Horizonte um Instrumento de Acordo visando à celebração de Termo Aditivo aos Instrumentos de prestação dos serviços de saneamento (vide Notas Explicativas 4 e 16), que tem como objetivo, principalmente, consolidar e dar continuidade à prestação dos serviços e o reequilíbrio econômico-financeiro da sua prestação, à luz da Lei Federal n.º 11.445/2007 e suas alterações introduzidas pela Lei Federal nº 14.026/2020 (“Novo Marco Legal do Saneamento Básico”). Considerando este contexto e os novos compromissos assumidos, o Instrumento de Acordo reconheceu a necessidade de extensão de prazo do instrumento que ampara a prestação dos serviços no Município para o ano 2073, visando à modicidade da tarifa única e à uniformização dos prazos contratuais no âmbito do Sistema COPASA. Em continuidade ao referido Instrumento de Acordo, em 26 de março de 2026, conforme divulgado em Fato Relevante na mesma data, foi formalizado o Décimo Termo Aditivo de Adequação ao Convênio de Cooperação celebrado com o

Notas Explicativas

Município de Belo Horizonte. O aditivo consolida os termos pactuados no Instrumento de Acordo, formalizando a extensão do prazo do Convênio até 7 de fevereiro de 2073, bem como estabelecendo condições relacionadas à prestação dos serviços, às metas de universalização, aos mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro e aos parâmetros regulatórios aplicáveis, no âmbito do Sistema COPASA, mantendo a regulação dos serviços a cargo da Agência Reguladora de Saneamento e Energia de Minas Gerais (ARSAE-MG). O aditivo também prevê obrigações financeiras específicas à Companhia (Notas Explicativas 4 e 16), cujos valores serão apropriados para fins regulatórios, sem efeitos sobre os resultados da 3ª Revisão Tarifária Periódica.

02. Base de Preparação e Apresentação das Informações Financeiras Intermediárias Individuais e Consolidadas

As informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, estão apresentadas em milhares de Reais (R\$1.000), exceto quando indicado de outra forma.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, aqui apresentadas sob os títulos de “Individual” ou “Controladora” e “Consolidado”, respectivamente, foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21(R1), Demonstração Intermediária, e IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, de forma condizente com as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 na preparação das suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. A Administração declara que as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas juntamente com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, que foram elaboradas e apresentadas de acordo com as normas contábeis internacionais (*IFRS Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

O Conselho de Administração autorizou a emissão das Informações Financeiras Intermediárias de 31 de março de 2026, da Controladora e Consolidado, em 08 de maio de 2026.

Considerando que não houve alterações relevantes em relação à composição e à natureza dos saldos apresentados nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025, as Notas Explicativas a seguir das referidas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas de forma concisa nas presentes Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas:

- 03. Resumo das Principais Políticas Contábeis;
- 05. Contratos de Concessão de Serviços Públicos;
- 06. Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários;
- 07. Contas a Receber de Clientes;
- 16. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures;
- 18. Imposto de Renda e Contribuição Social;
- 20. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria;
- 21. Patrimônio Líquido e Dividendos;
- 23. Gestão de Risco Financeiro;
- 25. Transações com Partes Relacionadas.

03. Resumo das Principais Políticas Contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas nessas Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas são consistentes com as políticas descritas na Nota 3 das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, arquivadas na CVM.

Notas Explicativas

04. Contratos de Concessão ou de Programa de Serviços Públicos

Em 31 de março de 2026, a Companhia e suas subsidiárias possuíam 636 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de abastecimento de água e 309 Contratos de Concessão ou Contratos de Programa para a prestação de serviços de esgotamento sanitário (636 e 309, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025).

A Companhia e suas subsidiárias apresentaram, em 31 de março de 2026, um montante de R\$1.846.670 na Controladora (R\$1.946.537 em 31 de dezembro de 2025) e R\$1.919.070 no Consolidado (R\$2.016.687 em 31 de dezembro de 2025) como contas a receber do poder concedente (municípios), referente ao recebimento esperado ao final das concessões por ativos não depreciados no período da concessão.

Ativos financeiros - contratos de concessão ou de programa de serviços públicos

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Saldo Inicial	1.946.537	1.362.892	2.016.687	1.381.729
Transferência de (para) intangível e imobilizado	(194.603)	188.956	(193.621)	190.469
Capitalização	95.625	24.667	96.005	24.874
Baixas	(1)	(484)	(1)	(484)
Outros	1	(2)	-	(2)
Transferência para subsidiária	(889)	-	-	-
Saldo final	1.846.670	1.576.029	1.919.070	1.596.586

O novo Marco Legal

A Lei Federal 14.026, de 15 de julho de 2020 – o Novo Marco Legal do Saneamento –, instituiu a exigência de licitação pelos Poderes Concedentes à medida do encerramento da vigência de cada instrumento; instituiu metas para universalização do saneamento até 31 de dezembro de 2033; concedeu à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) a competência para instituir normas de referência, e instituiu regras para a prestação regionalizada dos serviços de saneamento.

Os trabalhos de atualização dos contratos para inserção das metas legais foram executados dentro do prazo final definido pela legislação, no entanto, nem todos os municípios celebraram aditivos para tanto. Foi reconhecida a comprovação de capacidade econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, conforme exigência do Decreto Federal 10.710/2021 e normativos posteriores.

Em 12 de julho de 2023, o executivo federal editou os Decretos nº 11.598/23 e 11.599/23, revogando os Decretos nº 11.466/23 e 11.467/23 em que (i) são ajustados aspectos quanto à metodologia e prazos para comprovação da capacidade econômico-financeira dos prestadores de serviços, e (ii) é vedada a possibilidade, prevista nos decretos anteriores, de empresa pública ou sociedade de economia mista estadual prestar serviços de saneamento, sem prévio processo competitivo, aos municípios que integrem uma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião.

A Companhia e suas subsidiárias ressaltam que as alterações legislativas ora citadas não interferem na atual situação jurídica dos seus contratos de concessão e de programa e na correspondente prestação dos serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, e que segue acompanhando todas as iniciativas que venham a alterar as regras vigentes sobre o setor.

Em 20 de março de 2024, a ARSAE-MG emitiu a Resolução nº 191 que revogou a Resolução ARSAE-MG nº72 de 9 de julho de 2015 e estabelece novas metodologias de cálculo dos valores de indenização de investimentos não amortizados, vinculados a bens reversíveis ao Poder Concedente, em caso de vencimento ou de extinção antecipada de concessões de serviços públicos regulados pela ARSAE-MG. Em 11 de dezembro de 2024, a ARSAE-MG publicou a Resolução nº 200, promovendo alterações na Resolução 191, com a inserção de dois anexos e, em especial, alterando o capítulo que trata da indenização residual de ativos de sistemas compartilhados. A Companhia avalia que o conteúdo desta última Resolução traz ainda maior

Notas Explicativas

segurança jurídico-regulatória quanto ao tratamento dado pela Companhia aos bens operados em sistemas compartilhados, não havendo impactos a registrar em suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas como decorrência destas resoluções.

Em 10 de abril de 2026, conforme Comunicado ao Mercado publicado pela Companhia, foi publicado o Decreto Estadual nº 49.214/26, que dispõe sobre a adesão dos municípios às Unidades Regionais de Saneamento Básico e sobre as estruturas de governança, nos termos da Lei nº 25.668, de 23 de dezembro de 2025 (Nota Explicativa 33(a)). O referido ato estabelece diretrizes para a organização regional dos serviços de saneamento básico no Estado de Minas Gerais, disciplinando os mecanismos de governança e a adesão dos municípios às respectivas unidades regionais.

Termo Aditivo com o Município de Belo Horizonte

Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia firmou com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH) Instrumento de Acordo que estabelece diretrizes para a formalização de Termo Aditivo aos instrumentos de prestação dos serviços no Município, que tem como objetivo, principalmente, consolidar e dar continuidade à prestação dos serviços e o reequilíbrio econômico-financeiro da sua prestação, à luz da Lei Federal n.º 11.445/2007 e suas alterações introduzidas pelo Novo Marco Legal do Saneamento Básico. O Instrumento de Acordo reconheceu a necessidade de extensão de prazo do instrumento que ampara a prestação dos serviços no Município para o ano de 2073, visando à modicidade da tarifa única e à uniformização dos prazos contratuais no âmbito do Sistema COPASA.

Em continuidade ao referido Instrumento de Acordo, em 26 de março de 2026 foi formalizado o Décimo Termo Aditivo de Adequação ao Convênio de Cooperação celebrado com a PMBH, conforme divulgado pela Companhia em Fato Relevante. O aditivo consolida os termos pactuados no Instrumento de Acordo, formalizando a extensão do prazo do Convênio até 7 de fevereiro de 2073, bem como estabelecendo condições relacionadas à prestação dos serviços, às metas de universalização, aos mecanismos de reequilíbrio econômico-financeiro e aos parâmetros regulatórios aplicáveis, no âmbito do Sistema COPASA, mantendo a regulação dos serviços pela ARSAE-MG.

Nos termos do aditamento, dentre outras obrigações e responsabilidade, a COPASA MG comprometeu-se a transferir à PMBH, entre 2026 e 2028, o montante total de R\$1,3 bilhão, a serem pagos em três parcelas corrigidas anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), cujos valores serão apropriados para fins regulatórios. Tal montante foi registrado contabilmente pela Companhia, em março de 2026 a valor presente, no Ativo Intangível, em contrapartida a obrigação junto ao Poder Concedente, no Passivo Circulante e Não Circulante (Nota Explicativa 14). Como efeito da postergação do vencimento do contrato para 2073, com a recomposição do ativo intangível e ante a realização do ativo financeiro, foi reconhecida uma Receita Financeira no resultado do período findo em 31 de março de 2026 no montante de R\$49.844 mil.

Adicionalmente, foi celebrado contrato de concessão com a PMBH, com eficácia condicionada à eventual desestatização da Companhia, nos termos da Lei Estadual nº 25.664/2025, preservando o modelo regulatório definido no aditamento.

Novo Acordo de Reparação da Bacia do Rio Doce

Em outubro de 2024, foi homologada pelo Supremo Tribunal Federal a repactuação do processo de reparação referente ao rompimento da Barragem de Fundão, ocorrido em 2015 no município de Mariana (MG). O Novo Acordo da Bacia do Rio Doce estabelece obrigações destinadas à recuperação socioambiental, à compensação das populações atingidas e ao fortalecimento da infraestrutura pública nos municípios impactados.

No âmbito dessa repactuação, está previsto o aporte de mais de R\$11 bilhões para investimentos em saneamento básico nos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, com vistas à universalização dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, gestão de resíduos sólidos e macrodrenagem na região. Para o estado de Minas Gerais, destinou-se aplicação R\$7,54 bilhões em até 200 municípios da referida bacia.

O Acordo estabelece que tais investimentos deverão ser estruturados preferencialmente por meio de concessões e parcerias público-privadas (PPPs), em consonância com o Marco Legal do Saneamento Básico, que incentiva

Notas Explicativas

a regionalização e a competitividade entre operadores. Os Poderes Concedentes (Municípios) têm autonomia para optar por aderir aos blocos regionais a serem estruturados, manter contratos vigentes com seus prestadores atuais ou adotar outras soluções de prestação de serviços. Considerando que parte dos municípios abrangidos é atendida pela COPASA MG, a Companhia entende que a implementação desse programa poderá, ao longo dos próximos exercícios, influenciar seu ambiente operacional, inclusive quanto à manutenção ou revisão de contratos existentes, conforme as decisões municipais e os modelos de prestação que venham a ser adotados. O processo de implementação do programa encontra-se em andamento e segue o cronograma divulgado pelo Estado de Minas Gerais, que prevê o lançamento de editais e estruturação das concessões entre os anos de 2026 e 2027, e as primeiras entregas a partir de 2030. A coordenação geral do projeto está a cargo da Companhia de Desenvolvimento de Minas Gerais – CODEMGE.

Até a data destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, não foram identificados impactos financeiros ou contábeis mensuráveis decorrentes da implementação do programa. A Administração da Companhia acompanha continuamente as definições institucionais, regulatórias e operacionais relacionadas ao Novo Acordo de Recuperação da Bacia do Rio Doce e avaliará, de forma tempestiva, eventuais efeitos relevantes sobre as operações, contratos e projeções de investimento da Companhia, promovendo a adequada divulgação em suas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

Instauração de Mesa de Conciliação e Prevenção de Conflitos – TCE-MG

Em 07 de agosto de 2025, a Companhia formalizou, em conjunto com a Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, a solicitação de instauração de Mesa de Conciliação e Prevenção de Conflitos junto ao TCE-MG. O objetivo é buscar o entendimento e a superação de pontos relacionados ao Marco Legal do Saneamento Básico, quanto à possibilidade de ampliação dos Contratos de Concessão e de Programa nos municípios que possuem apenas os serviços de água, para que passem a contemplar, também, os serviços de esgotamento sanitário. A discussão envolve o Estado, a COPASA MG, os municípios interessados na ampliação dos contratos e o Ministério Público de Contas.

A Mesa de Conciliação foi instituída no âmbito do TCE-MG nos termos de sua Resolução nº 01/2025, possuindo natureza preventiva e consensual, e conta com a participação do Estado de Minas Gerais, da COPASA MG e do Ministério Público de Contas do Estado de Minas. Em janeiro de 2026, a Associação Mineira de Municípios (AMM) passou a integrar formalmente o referido espaço de conciliação.

Em 07 de maio de 2026, conforme divulgado pela Companhia em Comunicado ao Mercado, foi concluída a referida Mesa de Conciliação instaurada. A COPASA MG e a AMM, em comum acordo, apresentaram, ao final dos trabalhos conciliatórios, a proposta de termo de autocomposição. O instrumento reconhece a possibilidade jurídica da referida ampliação contratual, mediante a celebração de contratos substitutivos ou termos aditivos, conforme as particularidades de cada município (Nota Explicativa 33(d)).

05. Caixa e Equivalentes de Caixa e Títulos e Valores Mobiliários

(a) Caixa e equivalente de caixa e Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Recursos em caixa e bancos	32.111	29.732	32.833	30.609
Certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas de curto prazo	2.161.131	427.160	2.209.986	473.045
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.193.242	456.892	2.242.819	503.654
Títulos e valores mobiliários	267.154	311.379	267.154	311.379
Total	2.460.396	768.271	2.509.973	815.033

Os valores disponíveis em Caixa e Equivalentes de Caixa são aplicados em Certificados de Depósito Bancário (CDBs), títulos de renda fixa, cuja remuneração é baseada, substancialmente, na variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Tais aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 102,08% do

Notas Explicativas

CDI no período findo em 31 de março de 2026 (103,74% do CDI no exercício findo em 31 de dezembro de 2025).

Os recursos registrados em Títulos e Valores Mobiliários destinam-se a investimentos em crescimento vegetativo, melhorias em infraestruturas de esgoto e em iniciativas de redução de perdas, em conexão com contrato de financiamento contratado. Tais valores encontram-se aplicados em CDBs, e estão sujeitos a remuneração média de 98,04% do CDI em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025.

O CDI em 31 de março de 2026 era de 14,65% a.a. (14,90% a.a. em 31 de dezembro de 2025). A avaliação de risco deste instrumento financeiro está detalhada na Nota Explicativa 23.1(d)(ii) das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

(b) Movimentação dos certificados de depósitos bancários e debêntures compromissadas de curto prazo

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Saldos iniciais	427.160	562.058	473.045	588.432
Novas aplicações	3.686.268	909.537	3.729.706	941.722
Rendimentos	26.641	20.903	28.327	21.347
Resgates	(1.978.938)	(1.040.845)	(2.021.092)	(1.062.176)
Saldos finais	2.161.131	451.653	2.209.986	489.325

(c) Movimentação de títulos e valores mobiliários

	Controladora/Consolidado	
	1º trimestre de	
	2026	2025
Saldos iniciais	311.379	177.972
Rendimentos	9.684	5.039
Resgates	(53.909)	(18.115)
Saldos finais	267.154	164.896

06. Contas a Receber de Clientes

Os valores a receber de clientes tem a seguinte composição por vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Vencidos até 30 dias	276.022	262.690	282.363	268.965
Vencidos de 31 até 60 dias	120.849	119.475	123.529	122.309
Vencidos de 61 até 90 dias	70.772	67.736	72.022	68.950
Vencidos de 91 até 180 dias	157.397	141.082	158.997	142.849
Vencidos de 181 até 360 dias	191.396	184.652	192.332	184.652
Vencidos acima de 360 dias	9.181	9.241	9.222	9.283
Vencidos - total	825.617	784.876	838.465	797.008
A Vencer	563.515	582.930	575.014	596.032
Faturados	1.389.132	1.367.806	1.413.479	1.393.040
A faturar	450.916	417.126	460.172	418.723
Contas a receber de clientes	1.840.048	1.784.932	1.873.651	1.811.763
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(331.185)	(311.007)	(333.477)	(313.038)
Contas a receber de clientes, líquidas	1.508.863	1.473.925	1.540.174	1.498.725
Contas a receber de clientes circulante	1.449.349	1.426.302	1.479.984	1.450.516
Contas a receber de clientes não circulante	59.514	47.623	60.190	48.209

Notas Explicativas

As contas a receber de clientes contemplam o acionista controlador Estado de Minas Gerais (EMG), conforme detalhamento a seguir:

Valores	Controladora/Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Faturados	20.193	19.876
A faturar	11.840	10.202
Contas a receber do Estado de Minas Gerais ⁽¹⁾	32.033	30.078

⁽¹⁾ Valores demonstrados também na Nota Explicativa 24 (a) que trata de Partes Relacionadas.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes da Companhia e suas subsidiárias foi a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Saldo Inicial	311.007	258.614	313.038	259.744
Adição na provisão para perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	73.136	43.827	73.577	44.251
Contas a receber de clientes baixadas no período como incobráveis	(52.958)	(46.810)	(53.138)	(47.249)
Saldo final	331.185	255.631	333.477	256.746

A provisão para perdas de crédito esperadas do valor recuperável de contas a receber foi registrada no resultado do período como despesas com vendas. Os valores debitados à conta de provisão são baixados quando não há expectativa de recuperação dos recursos.

A Companhia e suas subsidiárias adotam como metodologia de contabilização da provisão para perdas de crédito esperadas, a matriz de provisão, revisada anualmente, contemplando uma avaliação retrospectiva e prospectiva, para verificar a necessidade de provisões adicionais, conforme Nota Explicativa 3.4.2 das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia e suas subsidiárias não reconhecem provisão para perdas sobre débitos relativos ao Estado de Minas Gerais, tendo em vista o histórico recente de renegociações, pagamentos recebidos, celebração de Acordo para equacionamento de dívida, bem como de termos de compensação com dividendos e juros sobre capital próprio, além do histórico de adimplência observado. O montante de contas a receber vencidas junto ao EMG totaliza R\$543 em 31 de março de 2026 (R\$661 em 31 de dezembro de 2025). A Administração da Companhia avalia este assunto, dependendo dos fatos e circunstâncias a cada data de reporte.

Para os créditos perante a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e conforme negociação entre as partes, o repasse mensal dos 4% da arrecadação líquida ao Fundo Municipal de Saneamento (FMSB) fica condicionado à comprovação de que a Prefeitura depositou o valor equivalente às suas faturas mensais naquele Fundo. Adicionalmente, a cada exercício, o FMSB recebe da COPASA um aporte complementar referente à eventual diferença entre 4% sobre a arrecadação líquida e sobre a Receita Operacional Líquida apuradas anualmente naquele município.

Notas Explicativas

07. Cauções em Garantias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures e Aplicação Financeira Vinculada

	Controladora / Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Cauções em garantias de empréstimos, financiamentos e debêntures	40.603	34.515
Programa Regulatório de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PRPDI)	42.122	35.826
Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas (PRODES)	62.236	60.469
TAC Águas Brumadinho - Vale	6.850	-
Aplicação financeira vinculada - não circulante	111.208	96.295

Não ocorreram alterações na natureza e condições desses ativos em relação ao descrito na Nota Explicativa 8 às Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2025. Desta forma, a Administração decidiu não as repetir nessas Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas.

08. Investimentos

Abaixo a tabela com a movimentação dos investimentos nas subsidiárias:

	Saldos iniciais	Participação no resultado da controlada	Adições	Saldos finais
Trimestre findo em 31 de março de 2026				
COPANOR	344.577	(3.075)	-	341.502
Copasa Patos Saneamento S.A.	203.898	7.853	-	211.751
Subtotal	548.475	4.778	-	553.253
Obras a incorporar:				
Copasa Patos Saneamento S.A.	110.857	-	30.541	141.398
Total Investimentos	659.332	4.778	30.541	694.651

	Saldos iniciais	Participação no resultado da controlada	Aumento de capital	Saldos finais
Trimestre findo em 31 de março de 2025				
COPANOR	312.525	(1.563)	23.794	334.756
Copasa Patos Saneamento S.A.	10	-	-	10
Total	312.535	(1.563)	23.794	334.766

Informações financeiras resumidas

COPANOR	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Prejuízo do período
31/03/2026	100%	38.407	319.163	14.663	1.405	341.502	(3.075)
31/12/2025	100%	48.520	313.964	16.656	1.251	344.577	(15.538)

Patos Saneamento	Participação (%)	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Lucro do período
31/03/2026	100%	50.827	177.404	16.480	-	211.751	7.853
31/12/2025	100%	30.681	180.557	7.208	132	203.898	24.497

Notas Explicativas

Em abril de 2025, a Companhia procedeu a um aporte na Copasa Patos sob a forma de bens componentes da infraestrutura, bem como estoques existentes naquele município, num montante total de R\$189.868, correspondente ao valor de custo dos ativos.

Transferência para subsidiária	Valor
Ativo Financeiro	9.689
Ativo Intangível	177.235
Ativo Imobilizado	968
Estoques	1.976
Total	189.868

A Lei nº 25.664/2025, que autoriza a desestatização da COPASA MG (Nota Explicativa 1), incluiu também um dispositivo autorizando a Companhia a adotar todas as ações e medidas necessárias para realizar a operação de incorporação da COPANOR. O tema encontra-se em avaliação pela administração da COPASA MG quanto à forma, condições e cronograma, inclusive no contexto da Desestatização. Ao ser implementada, a operação poderá gerar efeitos na estrutura societária e operacional do grupo, os quais serão divulgados oportunamente, conforme exigido pela regulamentação aplicável.

09. Ativo de Contrato

A movimentação no período de três meses findo em 31 de março de 2026 pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de				Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum	Estoque para obras	
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2025	754.935	1.392.258	852.925	464.423	3.464.541
Adições	133.656	76.409	189.583	36.169	435.817
Provisão para material de obras	-	-	-	(1.203)	(1.203)
Baixas	-	5.714	(5.800)	-	(86)
Custos de empréstimos capitalizados	9.002	6.786	18.599	-	34.387
Capitalizações de depreciação e juros de arrendamento	3.641	4.203	7.855	-	15.699
Transferências para o intangível	(19.146)	(111.866)	(194.133)	-	(325.145)
Transferências para o imobilizado	(11.944)	(545)	(6.684)	-	(19.173)
Obras a incorporar em subsidiária	(1.171)	(34.773)	6.362	-	(29.582)
Saldos em 31 de março de 2026	868.973	1.338.186	868.707	499.389	3.575.255

	Sistemas de				Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum	Estoque para obras	
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2025	795.177	1.501.625	888.942	481.971	3.667.715
Adições	134.314	80.625	192.081	36.827	443.847
Provisão para material de obras	-	-	-	(1.286)	(1.286)
Baixas	-	5.714	(5.800)	44	(42)
Custos de empréstimos capitalizados	9.002	6.786	18.599	-	34.387
Capitalizações de depreciação e juros de arrendamento	3.641	4.203	7.855	-	15.699
Transferências para o intangível	(23.685)	(112.879)	(197.134)	-	(333.698)
Transferências para o imobilizado	(11.944)	(545)	(7.335)	-	(19.824)
Saldos em 31 de março de 2026	906.505	1.485.529	897.208	517.556	3.806.798

Notas Explicativas

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, a movimentação foi a seguinte:

	Sistemas de				Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum	Estoque para obras	
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	687.047	1.180.472	912.959	260.234	3.040.712
Adições	109.817	178.539	18.189	43.664	350.209
Provisão para material de obras	-	-	-	(412)	(412)
Custos de empréstimos capitalizados	10.838	9.617	13.430	-	33.885
Transferências para o intangível	(172.243)	(192.771)	(435.699)	-	(800.713)
Transferências para o imobilizado	(42.882)	(1.025)	(8.374)	-	(52.281)
Saldos em 31 de março de 2025	592.577	1.174.832	500.505	303.486	2.571.400

	Sistemas de				Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso Comum	Estoque para obras	
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	702.136	1.254.924	940.647	277.222	3.174.929
Adições	109.684	184.550	23.525	43.446	361.205
Provisão para material de obras	-	-	-	(428)	(428)
Custos de empréstimos capitalizados	10.838	9.617	13.430	-	33.885
Transferências para o intangível	(181.738)	(193.976)	(436.831)	-	(812.545)
Transferências para o imobilizado	(42.882)	(1.025)	(9.860)	-	(53.767)
Saldos em 31 de março de 2025	598.038	1.254.090	530.911	320.240	2.703.279

No período de três meses findo em 31 de março de 2026, as adições, no montante de R\$435.817 na Controladora (R\$350.209 no 1º trimestre de 2025) e R\$443.847 no Consolidado (R\$361.205 no 1º trimestre de 2025), referem-se, principalmente, a obras de melhorias nos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Patos de Minas e Pouso Alegre, e nos Sistemas Rio Manso - SRM e Rio das Velhas - SRV; e melhorias nos sistemas de esgotamento sanitário nas cidades de Belo Horizonte, Divinópolis, Guaxupé, Ibitiré, Januária, Juatuba, Lagoa Santa, Patos de Minas e São Joaquim de Bicas.

Em 31 de março de 2026, a Companhia possuía um montante de R\$29.582 em Ativos de Contrato correspondentes a obras de infraestrutura no município de Patos de Minas, a serem aportados na controlada Copasa Patos Saneamento S.A. tão logo estejam concluídos. Tais obras correspondem principalmente a construções e melhorias em estações de tratamento de água e de esgoto, estações elevatórias de água e em redes de distribuição de água, entre outros.

10. Intangível

A composição dos saldos é a seguinte:

	31/03/2026			31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Controladora:						
Em operação						
Sistemas de água	5.614.163	(3.147.294)	2.466.869	5.369.670	(3.141.329)	2.228.341
Esgotamento sanitário	7.744.003	(3.919.430)	3.824.573	7.460.153	(3.884.443)	3.575.710
Sistemas de uso comum	1.542.833	(1.205.136)	337.697	1.526.696	(1.173.965)	352.731
Direitos de uso	2.470.935	(499.369)	1.971.566	997.188	(464.501)	532.687
Outros ativos intangíveis	239.587	(44.313)	195.274	223.249	(49.641)	173.608
Total do intangível	17.611.521	(8.815.542)	8.795.979	15.576.956	(8.713.879)	6.863.077

Notas Explicativas

	31/03/2026			31/12/2025		
	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido	Custo	Amortização acumulada	Intangível líquido
Consolidado:						
Em operação						
Sistemas de água	5.767.943	(3.200.633)	2.567.310	5.517.123	(3.192.897)	2.324.226
Esgotamento sanitário	7.964.253	(3.992.139)	3.972.114	7.678.407	(3.953.769)	3.724.638
Sistemas de uso comum	1.611.832	(1.242.829)	369.003	1.594.489	(1.209.686)	384.803
Direitos de uso	2.511.331	(504.907)	2.006.424	1.037.584	(469.348)	568.236
Outros ativos intangíveis	244.752	(44.776)	199.976	228.145	(50.068)	178.077
Total do intangível	18.100.111	(8.985.284)	9.114.827	16.055.748	(8.875.768)	7.179.980

A movimentação, no período de três meses findo em 31 de março de 2026, pode ser demonstrada como segue:

	Sistemas de					
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾	Direitos de uso	Outros	Total
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.228.341	3.575.710	352.731	532.687	173.608	6.863.077
Adições	98.702	71.290	9.897	1.455.995	-	1.635.884
Baixas	(1)	-	(8)	-	-	(9)
Transferência para subsidiária	(1)	-	(13)	-	-	(14)
Amortização	(54.240)	(85.928)	(29.122)	(33.966)	(370)	(203.626)
Transferências de (para) ativo financeiro	67.220	104.580	(255)	13.855	9.203	194.603
Transferência entre intangível e imobilizado	(190)	(78)	(868)	-	-	(1.136)
Transferências do ativo de contrato	19.146	111.866	177.120	3.927	13.086	325.145
Reclassificações	112.918	55.917	(168.835)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre amortização	(5.025)	(8.783)	(2.949)	(933)	(254)	(17.944)
Outros	(1)	(1)	(1)	1	1	(1)
Saldos em 31 de março de 2026	2.466.869	3.824.573	337.697	1.971.566	195.274	8.795.979

	Sistemas de					
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾	Direitos de uso	Outros	Total
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2025	2.324.226	3.724.638	384.803	568.236	178.077	7.179.980
Adições	99.867	72.008	10.223	1.455.995	-	1.638.093
Baixas	(1)	-	(8)	-	-	(9)
Amortização	(55.951)	(89.090)	(31.035)	(34.593)	(406)	(211.075)
Transferências de (para) ativo financeiro	66.463	104.296	(267)	13.855	9.274	193.621
Transferência entre intangível e imobilizado	(190)	(78)	(868)	-	-	(1.136)
Transferências do ativo de contrato	25.063	113.428	177.996	3.927	13.284	333.698
Reclassificações	112.918	55.917	(168.835)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre amortização	(5.084)	(9.005)	(3.006)	(997)	(255)	(18.347)
Outros	(1)	-	-	1	2	2
Saldos em 31 de março de 2026	2.567.310	3.972.114	369.003	2.006.424	199.976	9.114.827

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

⁽²⁾ As adições em “Direitos de Uso” no período incluem R\$1.444.277 referentes à renegociação com a PMBH – Notas Explicativas 4 e 14.

Notas Explicativas

A movimentação no período de três meses findo em 31 de março de 2025 foi a seguinte:

	Sistemas de					Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾	Direitos de uso	Outros	
Controladora:						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.761.883	3.500.701	312.003	427.866	143.404	6.145.857
Adições	55.378	61.588	16.174	18.476	-	151.616
Baixas	(491)	-	(565)	-	(37)	(1.093)
Amortização	(44.456)	(79.241)	(25.737)	(13.062)	(2.087)	(164.583)
Transferências de (para) ativo financeiro	(102.199)	(77.633)	(3.298)	-	(5.826)	(188.956)
Transferência entre intangível e imobilizado	(417)	(3.094)	124	-	37	(3.350)
Transferências do ativo de contrato	172.243	192.771	255.396	156.919	23.384	800.713
Reclassificações	197.441	24.941	(222.382)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre amortização	(3.978)	(7.915)	(2.611)	(1.105)	(200)	(15.809)
Outros	(1)	1	1	-	-	1
Saldos em 31 de março de 2025	2.035.403	3.612.119	329.105	589.094	158.675	6.724.396

	Sistemas de					Total
	Água	Esgotamento Sanitário	Uso comum ⁽¹⁾	Direitos de uso	Outros	
Consolidado:						
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.816.310	3.553.052	320.615	427.875	144.800	6.262.652
Adições	56.102	62.205	16.175	18.476	7	152.965
Baixas	(491)	-	(565)	-	(37)	(1.093)
Amortização	(45.341)	(80.107)	(26.597)	(13.063)	(2.111)	(167.219)
Transferências de (para) ativo financeiro	(102.640)	(77.743)	(3.293)	-	(6.793)	(190.469)
Transferência entre intangível e imobilizado	(417)	(3.094)	124	-	37	(3.350)
Transferências do ativo de contrato	181.738	193.976	254.374	156.919	25.538	812.545
Reclassificações	191.253	23.867	(215.120)	-	-	-
Crédito PIS/COFINS sobre amortização	(3.978)	(7.915)	(2.611)	(1.105)	(200)	(15.809)
Outros	(2)	-	2	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de março de 2025	2.092.534	3.664.241	343.104	589.102	161.240	6.850.221

⁽¹⁾ Considerando que os sistemas de uso comum possuem taxas de vida útil econômica específicas, esses ativos passaram a ser controlados em grupo específico denominado “sistemas de uso comum”.

A amortização foi apropriada ao resultado, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Custo dos serviços prestados	192.497	162.505	199.945	165.141
Despesas com vendas	244	326	244	326
Despesas administrativas	10.885	1.752	10.886	1.752
	203.626	164.583	211.075	167.219

Taxa média de amortização apurada na Controladora e Consolidado:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Sistemas de água	5,39%	5,61%	5,38%	5,71%
Esgotamento sanitário	5,00%	4,94%	5,04%	5,24%
Sistemas de uso comum	20,75%	21,30%	20,43%	21,54%
Direitos de uso	9,23%	9,40%	9,12%	9,89%
Outros ativos intangíveis	4,84%	4,79%	4,81%	4,78%

Notas Explicativas

11. Imobilizado

(a) A composição dos saldos é a seguinte:

	31/03/2026				31/12/2025		
	Taxa média	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido	Custo	Depreciação acumulada	Imobilizado líquido
Controladora:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	14,86%	908.257	(617.037)	291.220	879.655	(603.019)	276.636
Veículos	18,13%	29.540	(25.567)	3.973	42.511	(38.235)	4.276
Outros		42.748	(231)	42.517	42.748	(231)	42.517
		980.545	(642.835)	337.710	964.914	(641.485)	323.429
Terrenos e edificações	4,31%	3.889.965	(2.488.204)	1.401.761	3.883.146	(2.461.246)	1.421.900
Total do imobilizado - em operação		4.870.510	(3.131.039)	1.739.471	4.848.060	(3.102.731)	1.745.329
Consolidado:							
Em operação							
Máquinas e equipamentos	14,80%	919.912	(622.672)	297.240	891.094	(608.365)	282.729
Veículos	16,44%	35.275	(28.801)	6.474	48.245	(41.193)	7.052
Outros		42.748	(231)	42.517	42.748	(231)	42.517
		997.935	(651.704)	346.231	982.087	(649.789)	332.298
Terrenos e edificações	4,30%	3.895.812	(2.489.709)	1.406.103	3.888.498	(2.462.706)	1.425.792
Total do imobilizado - em operação		4.893.747	(3.141.413)	1.752.334	4.870.585	(3.112.495)	1.758.090

(b) A movimentação no período de três meses findo em 31 de março de 2026, pode ser demonstrada como segue:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2025	276.636	4.276	42.517	1.421.900	1.745.329
Adições	16.007	-	-	1.095	17.102
Baixas	(60)	(76)	-	(1)	(137)
Depreciação	(15.104)	(224)	-	(24.576)	(39.904)
Transferência do ativo de contratos	13.420	-	-	5.753	19.173
Transferência entre intangível e imobilizado	1.136	-	-	-	1.136
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	(787)	(3)	-	(2.382)	(3.172)
Imobilizado a incorporar em subsidiária	(28)	-	-	(28)	(56)
Saldos em 31 de março de 2026	291.220	3.973	42.517	1.401.761	1.739.471

Notas Explicativas

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2025	282.729	7.052	42.517	1.425.792	1.758.090
Adições	16.021	-	-	1.095	17.116
Baixas	(60)	(76)	-	(1)	(137)
Depreciação	(15.402)	(500)	-	(24.612)	(40.514)
Transferência do ativo de contratos	13.604	-	-	6.220	19.824
Transferência entre intangível e imobilizado	1.136	-	-	-	1.136
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	(789)	(3)	-	(2.382)	(3.174)
Outros	1	1	-	(9)	(7)
Saldos em 31 de março de 2026	297.240	6.474	42.517	1.406.103	1.752.334

No período de três meses findo em 31 de março de 2025, a movimentação foi a seguinte:

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Controladora:					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	224.743	634	42.417	1.461.226	1.729.020
Adições	6.076	-	-	1.482	7.558
Baixas	(567)	(1)	-	-	(568)
Depreciação	(9.693)	(32)	-	(25.542)	(35.267)
Transferência do ativo de contratos	20.025	71	80	32.105	52.281
Transferência entre intangível e imobilizado	6	-	-	3.344	3.350
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	(587)	(3)	-	(2.488)	(3.078)
Outros	1	(2)	-	-	(1)
Saldos em 31 de março de 2025	240.004	667	42.497	1.470.127	1.753.295

	Máquinas e equipamentos	Veículos	Outros	Terrenos e edificações	Total
Consolidado:					
Saldos em 31 de dezembro de 2024	229.542	2.697	42.417	1.462.133	1.736.789
Adições	6.076	1.126	-	1.482	8.684
Baixas	(567)	(1)	-	-	(568)
Depreciação	(9.955)	(265)	-	(25.553)	(35.773)
Transferência do ativo de contratos	20.449	189	80	33.049	53.767
Transferência entre intangível e imobilizado	6	-	-	3.344	3.350
Crédito PIS/COFINS sobre depreciação	(587)	(3)	-	(2.488)	(3.078)
Outros	1	(2)	-	1	-
Saldos em 31 de março de 2025	244.965	3.741	42.497	1.471.968	1.763.171

A depreciação foi apropriada ao resultado, conforme a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Custo dos serviços prestados	30.738	27.734	31.308	28.206
Despesas com vendas	1.272	912	1.291	917
Despesas administrativas	7.894	6.621	7.915	6.650
	39.904	35.267	40.514	35.773

Notas Explicativas

12. Direito de Uso e Obrigações de Arrendamento Mercantil

(a) Direitos de uso de arrendamento mercantil (Ativo Não Circulante)

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.179	65.397	3.613	89.189
Remensurações	(4.959)	2.302	(4.598)	(7.255)
Depreciação	(1.301)	(702)	(1.555)	(3.558)
Capitalização de depreciação para Ativo de contrato	-	(14.905)	-	(14.905)
Saldos em 31 de março de 2026	13.919	52.092	(2.540)	63.471
Consolidado:				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	20.273	65.971	3.613	89.857
Adições	126	-	-	126
Remensurações	(4.990)	2.004	(4.598)	(7.584)
Depreciação	(1.329)	(778)	(1.555)	(3.662)
Capitalização de depreciação para Ativo de contrato	-	(14.905)	-	(14.905)
Saldos em 31 de março de 2026	14.080	52.292	(2.540)	63.832
Controladora:				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.490	63.054	656	86.200
Adições	1.935	10.635	17.590	30.160
Remensurações	48	-	(36)	12
Depreciação	(1.764)	(11.243)	(3.743)	(16.750)
Saldos em 31 de março de 2025	22.709	62.446	14.467	99.622
Consolidado:				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	22.602	63.054	656	86.312
Adições	1.935	10.635	17.590	30.160
Remensurações	20	-	(36)	(16)
Depreciação	(1.779)	(11.243)	(3.743)	(16.765)
Saldos em 31 de março de 2025	22.778	62.446	14.467	99.691

(b) Obrigações - arrendamento mercantil (Passivo)

	Imóveis	Veículos	Máquinas e Equipamentos	Total
Controladora:				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18.548	73.864	3.931	96.343
Remensurações	(762)	(5.242)	(1.251)	(7.255)
Contraprestação principal	(1.713)	(18.948)	(1.946)	(22.607)
Contraprestação juros	(354)	(1.193)	(41)	(1.588)
Juros	354	399	41	794
Juros capitalizados	-	794	-	794
Saldos em 31 de março de 2026	16.073	49.674	734	66.481
Passivo circulante	6.673	47.957	734	55.364
Passivo não circulante	9.400	1.717	-	11.117
Consolidado:				
Saldos em 31 de dezembro de 2025	18.620	74.441	3.931	96.992
Adições	126	-	-	126
Remensurações	(793)	(5.540)	(1.251)	(7.584)
Contraprestação principal	(1.746)	(19.055)	(1.946)	(22.747)
Contraprestação juros	(353)	(1.202)	(41)	(1.596)
Juros	358	403	41	802
Juros capitalizados	-	794	-	794
Saldos em 31 de março de 2026	16.212	49.841	734	66.787
Passivo circulante	6.731	48.124	734	55.589
Passivo não circulante	9.481	1.717	-	11.198

Notas Explicativas

Controladora:	Máquinas e Equipamentos			Total
	Imóveis	Veículos		
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.398	58.082	764	79.244
Adições	1.935	10.661	17.590	30.186
Remensurações	(64)	-	50	(14)
Contraprestação principal	(1.585)	(21.763)	(3.531)	(26.879)
Contraprestação juros	(424)	(1.001)	(444)	(1.869)
Juros	424	1.001	444	1.869
Saldos em 31 de março de 2025	20.684	46.980	14.873	82.537
Passivo circulante	6.078	36.288	10.487	52.853
Passivo não circulante	14.606	10.692	4.386	29.684
Consolidado:				
Saldos em 31 de dezembro de 2024	20.508	58.082	764	79.354
Adições	1.935	10.664	17.590	30.189
Remensurações	(95)	-	50	(45)
Contraprestação principal	(1.609)	(21.766)	(3.531)	(26.906)
Contraprestação juros	(426)	(1.001)	(444)	(1.871)
Juros	426	1.001	444	1.871
Saldos em 31 de março de 2025	20.739	46.980	14.873	82.592
Passivo circulante	6.133	36.288	10.487	52.908
Passivo não circulante	14.606	10.692	4.386	29.684

A taxa de desconto utilizada na mensuração do valor presente total dos pagamentos futuros de aluguéis para os contratos de arrendamento firmados em 2026 foi de 9,01% a.a. (9,26% a.a. em 31 de dezembro de 2025).

Prazo médio total dos contratos (meses):

	Controladora	
	31/03/2026	31/12/2025
Imóveis	52	50
Máquinas e equipamentos	12	12
Veículos	60	60

(c) Despesas de arrendamento mercantil

Classe de ativo	Controladora			Consolidado		
	Período de três meses findo em 31 de março de 2026			Período de três meses findo em 31 de março de 2026		
	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total	Arrendamentos de baixo valor	Arrendamentos de curto prazo	Total
Máquinas e equipamentos	3.353	2.021	5.374	3.380	2.021	5.401
Informática, imóveis e outros	179	16	195	179	32	211
Total	3.532	2.037	5.569	3.559	2.053	5.612

A Companhia e suas subsidiárias, em plena conformidade com o Pronunciamento CPC 06 (R2), na mensuração e na remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, procederam ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pelo referido CPC.

13. Parceria Público-Privada – PPP - Sistema Produtor Rio Manso

A COPASA MG e a BRK Ambiental - Manso S.A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), formalizaram Parceria Público-Privada (PPP) na modalidade de Concessão Administrativa para a ampliação da capacidade do Sistema Produtor de Água Rio Manso, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, e prestação de serviços nesse sistema.

Durante a fase de realização de obras, a Companhia reconheceu o ativo intangível, conforme o andamento de sua construção e em contrapartida um passivo a ele relacionado, em função do contrato de PPP. As despesas com correção monetária foram capitalizadas no ativo intangível até o início de sua operação.

Notas Explicativas

As despesas decorrentes deste contrato referentes à manutenção de sistemas no período de três meses findo em 31 de março de 2026 foram R\$24.651 (R\$22.888 no período de três meses findo em 31 de março de 2025).

Para atualização do passivo constituído, o índice de reajustamento do contrato está sendo aplicado anualmente a cada mês de abril e apropriado proporcionalmente ao longo dos 12 meses subsequentes. A movimentação do passivo pode ser demonstrada como segue:

	Controladora / Consolidado	
	1º trimestre de	
	2026	2025
Saldo Inicial	125.360	169.452
Atualização	2.008	2.267
Amortização	(8.555)	(9.209)
Juros pagos	(4.236)	(3.676)
Saldo final	114.577	158.834
Passivo circulante	43.131	42.363
Passivo não circulante	71.446	116.471

14. Impostos, taxas, contribuições, obrigações sociais e trabalhistas e outros passivos

(a) Ativo circulante:

Os impostos e tributos a recuperar estão assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
IRRF a compensar	5.407	5.407	6.368	6.128
IRPJ a compensar/saldo negativo	64.465	62.187	64.465	62.187
CSLL a compensar/saldo negativo	19.348	18.718	19.348	18.718
Antecipação de IRPJ	-	-	18	18
Antecipação de CSLL	-	-	11	11
Outros tributos a recuperar	2.006	1.708	2.163	1.838
Saldo final	91.226	88.020	92.373	88.900

Os impostos a recuperar referem-se, principalmente, ao saldo negativo de IRPJ/CSLL de 2025 que serão compensados em 2026.

(b) Passivo:

Os impostos, taxas, contribuições e obrigações sociais, fiscais e trabalhistas (obrigações fiscais) são compostos por:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
INSS	37.099	31.600	37.797	32.262
COFINS	41.295	34.433	41.967	35.015
PIS	8.889	7.408	9.033	7.532
IRPJ	17.518	24.132	18.551	24.935
CSLL	1.199	-	1.588	312
FGTS	4.088	6.255	4.177	6.389
Outros	11.566	10.111	11.718	10.262
Saldo final	121.654	113.939	124.831	116.707

Notas Explicativas

Os outros passivos (outras obrigações, depósitos para obras e diversos) são assim compostos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Depósito para obras ⁽ⁱ⁾	45.369	44.141	45.369	44.141
PDVI ⁽ⁱⁱ⁾	2.026	2.117	2.026	2.117
Devolução de tarifas - ARSAE ⁽ⁱⁱⁱ⁾	23.178	23.180	23.178	23.180
Programa de saúde	13.759	12.692	13.927	12.844
Receita diferida - Prodes	16.866	16.328	16.866	16.328
Recursos hídricos ^(iv)	15.752	-	15.752	-
TAC Águas Brumadinho - Vale ^(v)	6.850	-	6.850	-
Resíduo PLR	4.578	4.578	4.578	4.578
Publicidade - recursos Vale	4.496	4.496	4.496	4.496
Repasse tarifário	2.185	10.128	2.185	10.128
13º Libertas	1.172	-	1.172	-
PECMA ^(vi)	5.491	4.785	5.971	5.307
Provisão gastos de informática	5.710	1.234	6.733	2.257
Salários a pagar	2.433	22.422	2.451	22.731
Outros	20.933	21.015	22.238	22.335
Saldo final	170.798	167.116	173.792	170.442
Passivo circulante	98.784	97.382	101.409	100.297
Passivo não circulante	72.014	69.734	72.383	70.145

(i) Refere-se a recursos financeiros da ANA, no âmbito do Programa de Despoluição de Bacias Hidrográficas – PRODES.

(ii) A Companhia instituiu o Programa de Desligamento Voluntário Incentivado – PDVI em maio de 2023, devidamente regulamentado e amplamente divulgado aos seus empregados. Aderiram ao programa 736 empregados, com desligamentos ocorrendo a partir de julho de 2023, apresentando a seguinte movimentação:

PDVI	Controladora / Consolidado				
	Saldo em 31/12/2024	Pagamentos em 2025	Saldo em 31/12/2025	Pagamentos em 2026	Saldo em 31/03/2026
Total passivo circulante	13.144	(11.027)	2.117	(91)	2.026

(iii) A ARSAE-MG determinou a devolução de valores aos clientes por intermédio dos seguintes processos administrativos, entendidos pela Administração como de probabilidade de perda provável, e, por esse motivo, provisionados.

A movimentação dos valores envolvidos nos processos foram como segue:

	Controladora / Consolidado	
	1º trimestre de 2026	2025
Saldo inicial	23.180	23.293
Incremento de provisão	-	13
Devoluções realizadas		
Valor principal	(2)	(122)
Juros e correções	-	(4)
Total devolvido	(2)	(126)
Saldo final	23.178	23.180
Passivo circulante	23.178	23.180
Passivo não circulante	-	-

Notas Explicativas

- (iv) Refere-se à provisão de valores cobrados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento – ANA e pelo IGAM, referente ao uso das bacias hidrográficas.
- (v) Refere-se a montante recebido pela COPASA MG no âmbito do TAC Águas, para crédito aos consumidores do município de Brumadinho tão logo sejam implantadas as obras do Sistema Integrado de Tejuco e de Parque da Cachoeira
- (vi) Em julho de 2025, a Companhia deliberou por aderir ao Programa Estadual de Conversão de Multas Ambientais (PECMA), instituído pelo Decreto Estadual nº 48.994/2025 e que tem como objetivo oferecer alternativas para a quitação de multas ambientais estaduais na esfera administrativa, incentivando a recuperação do meio ambiente em Minas Gerais. O Programa prevê a concessão de descontos de até 50% na conversão de contas simples de origem ambiental, bem como o parcelamento em até 60 parcelas, sendo incidente, sobre as parcelas, a variação da taxa SELIC.

As obrigações com o poder concedente são como segue:

	Controladora / Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Direito para exploração de concessões – PMBH ⁽ⁱ⁾	1.168.550	-
Recomposição asfáltica – PMBH ⁽ⁱⁱ⁾	275.727	-
Total	1.444.277	-
Passivo circulante	400.000	-
Passivo não circulante	1.044.277	-

⁽ⁱ⁾ Vide Nota Explicativa 04.

⁽ⁱⁱ⁾ Vide Nota Explicativa 16.

Em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 12 – Ajuste a Valor Presente, a Companhia reconheceu tais obrigações com o poder concedente pelo seu valor presente na data inicial. Como estes passivos não possuem juros contratuais explícitos, apenas atualização monetária pelo IPCA, a Companhia entende que há um componente financeiro relevante implícito, sendo necessário o ajuste a valor presente. Os fluxos de caixa futuros, contemplando vencimentos anuais entre os anos 2027 e 2028, foram descontados à taxa de 9,62% a.a., correspondente ao Cupom médio dos empréstimos e financiamentos em aberto em 31 de março de 2026. Tal taxa, no entender da Companhia, reflete o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da obrigação.

No trimestre findo em 31 de março de 2026, o efeito do ajuste a valor presente não impactou o resultado financeiro, tendo reduzido o passivo não circulante (obrigações com o poder concedente) na redução inicial, pela mensuração a valor presente, no montante de R\$155.723, bem como o ativo não circulante (ativo intangível), no mesmo montante.

O ajuste a valor presente será apropriado ao resultado financeiro ao longo do prazo da obrigação, por meio da reversão do desconto. O passivo será atualizado monetariamente pelo IPCA, conforme contrato; e a reversão do ajuste a valor presente será reconhecida como despesa financeira ao longo do tempo (método dos juros efetivos), os quais serão capitalizados. Os pagamentos a serem efetuados reduzirão o saldo do passivo.

15. Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Os empréstimos, financiamentos e debêntures, cujo saldo é de R\$9.372.395 em 31 de março de 2026 (R\$7.582.036 em 31 de dezembro de 2025), têm vencimento até 2043 e cupons médios de 9,62% ao ano para a Controladora e o Consolidado (9,01% a.a. em 31 de dezembro de 2025 para a Controladora e o Consolidado).

(a) Empréstimos e financiamentos

Em 31 de março de 2026, os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são demonstrados como segue:

Notas Explicativas

	Controladora / Consolidado			
	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Valor contábil	
			31/03/2026	31/12/2025
Em moeda Nacional:				
Financiamento - FGTS	TR + 7,30% a TR + 8,50%	16/01/2043	691.382	705.098
			691.382	705.098
Em moeda Estrangeira (Euro):				
Financiamento	1,41%	15/05/2034	314.886	337.629
Financiamento	Euribor + 0,55%	20/09/2033	525.442	586.511
Financiamento	Euribor + 2,69%	20/12/2043	701.060	745.095
			1.541.388	1.669.235
Custo de captação			(8.204)	(8.356)
			1.533.184	1.660.879
Empréstimos e financiamentos			2.224.566	2.365.977

Na data de 31 de março de 2026 havia 07 operações de Swap vigentes, totalizando o valor nocional de €254.406 mil (€138.697 mil em 31 de dezembro de 2025) para proteção da taxa de juros e variação cambial, sem caráter especulativo, convertendo os encargos financeiros para IPCA + 8,3109% (média ponderada). Os montantes nocionais, em 31 de março de 2026, correspondem a 100% do principal dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (53,95% em 31 de dezembro de 2025), reduzindo integralmente a exposição ao risco cambial. Estas operações estão contabilizadas como passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo no resultado (“VJDRE”). Detalhes das operações estão apresentadas na Nota Explicativa 22 destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas.

A movimentação de empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado		
	1º trimestre de 2026	2025	1º trimestre de 2025
Saldo Inicial	2.365.977	1.964.898	1.964.898
Ingressos de empréstimos e financiamentos	2.652	477.108	8.825
Encargos provisionados	26.592	103.377	25.976
Variação monetária e cambial	(114.461)	35.415	(42.617)
Amortização de encargos	(20.796)	(104.826)	(24.973)
Amortização de principal	(35.550)	(110.606)	(18.898)
Amortização do custo de captação	152	611	151
Saldo final	2.224.566	2.365.977	1.913.362
Passivo circulante	168.367	147.421	131.268
Passivo não circulante	2.056.199	2.218.556	1.782.094

Os montantes registrados no passivo não circulante referentes a empréstimos bancários e financiamentos têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado					
	31/03/2026			31/12/2025		
	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda Estrangeira	Total
2027	44.788	82.155	126.943	59.319	127.524	186.843
2028	62.833	118.505	181.338	62.879	127.524	190.403
2029	62.785	164.595	227.380	62.852	177.121	239.973
2030	55.330	164.595	219.925	55.454	177.121	232.575
2031 até 2043	406.868	901.338	1.308.206	406.576	969.931	1.376.507
Custo de captação	-	(7.593)	(7.593)	-	(7.745)	(7.745)
Total	632.604	1.423.595	2.056.199	647.080	1.571.476	2.218.556

Notas Explicativas

(b) Debêntures

A Companhia possui contratadas operações de crédito de longo prazo, por meio de emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, de espécie quirografária. A composição de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado			
	Indexador + Juros (a.a.)	Ano de vencimento	Valor contábil	
			31/03/2026	31/12/2025
Subscrição 5ª emissão				
Série única	TR + 9,00%	01/09/2031	96.871	101.274
Total 5ª emissão			96.871	101.274
Subscrição 8ª emissão				
1ª série	TJLP + 1,87%	15/06/2028	21.941	24.204
2ª série	IPCA + 8,18%	15/06/2028	15.050	16.497
Total 8ª emissão			36.991	40.701
Subscrição 11ª emissão				
1ª série	TJLP + 2,62%	15/01/2031	71.897	75.074
2ª série	IPCA + 8,85%	15/01/2031	44.115	45.772
Total 11ª emissão			116.012	120.846
Subscrição 12ª emissão				
2ª série	IPCA + 5,27%	15/01/2026	-	15.457
Total 12ª emissão			-	15.457
Subscrição 14ª emissão				
2ª série	IPCA + 4,30%	15/06/2026	25.862	25.255
Total 14ª emissão			25.862	25.255
Subscrição 16ª emissão				
1ª série	IPCA + 5,23%	15/09/2031	237.942	231.857
2ª série	CDI + 1,30%	15/09/2026	78.389	117.591
Total 16ª emissão			316.331	349.448
Subscrição 17ª emissão				
1ª série	CDI + 1,30%	16/12/2029	666.118	710.147
Total 17ª emissão			666.118	710.147
Subscrição 18ª emissão				
1ª Série	CDI + 1,20%	16/09/2030	114.369	114.377
2ª Série	IPCA + 7,10%	16/09/2030	881.692	869.814
Total 18ª emissão			996.061	984.191
Subscrição 19ª emissão				
1ª Série	CDI + 0,90%	15/07/2034	496.606	497.224
2ª Série	IPCA + 7,27%	15/07/2034	893.742	882.192
Total 19ª emissão			1.390.348	1.379.416
Subscrição 20ª emissão				
1ª Série	CDI + 0,60%	15/05/2035	418.897	419.168
2ª Série	IPCA + 8,21%	15/05/2035	505.843	499.184
Total 20ª emissão			924.740	918.352
Subscrição 21ª emissão				
1ª Série	CDI + 0,52%	15/10/2035	308.855	307.467
2ª Série	IPCA + 8,33%	15/10/2035	309.777	304.816
Total 21ª emissão			618.632	612.283
Subscrição 22ª emissão				
1ª Série	CDI + 0,65%	15/03/2036	1.006.296	-
2ª Série	IPCA + 8,57%	15/03/2036	1.003.595	-
Total 22ª emissão			2.009.891	
Total de debêntures			7.197.857	5.257.370
Custo de captação			(50.028)	(41.311)
Total			7.147.829	5.216.059
Passivo circulante			622.084	602.232
Passivo não circulante			6.525.745	4.613.827

Em maio de 2025, foi efetivada a 20ª Emissão Pública de Debêntures simples no montante de R\$900.000 em duas séries; sendo (i) primeira série no montante de R\$412.000, com remuneração atrelada à taxa DI

Notas Explicativas

adicionada de 0,60% ao ano; e (ii) segunda série no montante de R\$488.000, cuja remuneração é vinculada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), mais 8,21% ao ano. O prazo para vencimento de ambas as séries é de 10 (dez) anos. Os recursos tem como destinação a execução de parte do programa de investimentos da Emissora e suas Subsidiárias.

Em outubro de 2025, foi efetivada a 21ª Emissão Pública de Debêntures simples no montante de R\$600.000, em duas séries; sendo (i) primeira série no montante de R\$300.000, com remuneração atrelada à taxa DI adicionada de 0,52% ao ano; e (ii) segunda série no montante de R\$300.000, cuja remuneração é vinculada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais 8,3342% ao ano. O prazo de vencimento para ambas as séries é de 10 (dez) anos. Os recursos estão sendo destinados à execução de parte do programa de investimento da COPASA MG e suas subsidiárias.

Em março de 2026, foi efetivada a 22ª Emissão Pública de Debêntures simples, no montante total de R\$2.000.000, em duas séries, sendo: (i) a primeira série, no valor de R\$1.000.000, com remuneração atrelada à taxa DI acrescida de 0,65% ao ano; e (ii) a segunda série, no valor de R\$1.000.000, cuja remuneração é vinculada ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescido de 8,567% ao ano. O prazo de vencimento de ambas as séries é de 10 (dez) anos, com vencimento final em 15 de março de 2036. Os recursos captados estão sendo destinados à execução de parte do programa de investimentos da COPASA MG e de suas subsidiárias, bem como pagamento de outorga, em linha com a estratégia de financiamento de longo prazo da Companhia.

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Controladora / Consolidado		
	1º trimestre de 2026	2025	1º trimestre de 2025
Saldo Inicial	5.216.059	4.148.271	4.148.271
Ingressos de debêntures	2.000.000	1.500.000	-
Encargos provisionados	142.056	480.821	98.156
Variação monetária	39.637	103.111	42.830
Amortização de encargos	(128.618)	(455.495)	(93.854)
Amortização de principal	(112.587)	(559.955)	(121.789)
Custo de captação	(10.763)	(8.944)	-
Amortização do custo de captação	2.045	8.250	1.933
Saldo final	7.147.829	5.216.059	4.075.547
Passivo circulante	622.084	602.232	584.379
Passivo não circulante	6.525.745	4.613.827	3.491.168

A Companhia mantém cauções em valores monetários, conforme citado na Nota Explicativa 7, além de garantia de cessão fiduciária de sua arrecadação, conforme Nota Explicativa 22.1 (c). Ambas as garantias ocorrem durante o prazo de vigência ou do período de carência das dívidas contratadas.

Os montantes registrados no passivo não circulante de debêntures têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Ano de vencimento	Controladora / Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
2027	483.460	595.891
2028	801.614	795.521
2029	1.163.353	880.832
2030	928.491	646.666
2031 até 2043	3.190.717	1.728.695
Custo de captação	(41.890)	(33.778)
Total	6.525.745	4.613.827

Notas Explicativas

(c) Cláusulas contratuais restritivas – *Covenants* e garantias

A Companhia possui empréstimos, financiamentos e debêntures com determinadas condições contratuais, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e indicadores não financeiros, com periodicidade de apuração do resultado distinta, conforme estabelecido nos respectivos contratos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices e indicadores, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo. Finalmente, caso não se obtenha a dispensa temporária de cumprimento desses índices, o credor poderá decretar vencimento antecipado da dívida.

Considerando a aprovação da Lei Estadual 25.664/25, que autoriza o Poder Executivo a adotar ações e medidas necessárias para promover a desestatização da COPASA MG - vide Notas Explicativas 1 e 35 - foram realizadas, em janeiro de 2026, Assembleias Gerais de Debenturistas (AGDs) referentes às emissões de debêntures públicas das 14^a, 16^a, 17^a, 18^a, 19^a, 20^a e 21^a emissões da Companhia, na qual os titulares dos títulos aprovaram a anuência ao processo de desestatização da COPASA MG, atualmente em andamento.

Essa aprovação contempla a concordância formal dos credores quanto à continuidade do processo, nos termos apresentados pela Administração, e confirma o atendimento às condições previstas nos respectivos instrumentos de emissão, não resultando em inadimplemento, vencimento antecipado, revisão de condições financeiras ou quaisquer outros impactos sobre os contratos de dívida existentes até a presente data de divulgação destas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Quanto aos demais credores, já foram obtidos parte substancial dos *waivers* ou cartas confirmando que os bancos não pretendem desencadear um evento de pré-pagamento obrigatório em decorrência da Desestatização. Restando somente poucas negociações que seguem em andamento.

A Companhia mantém seus compromissos financeiros inalterados e continua a observar integralmente as obrigações previstas nos seus contratos de financiamento e nas escrituras de emissão vigentes.

16. Provisão para Demandas Judiciais

(a) Demandas judiciais provisionadas

A composição das provisões para demandas judiciais está assim demonstrada:

	31/03/2026			31/12/2025		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Controladora:						
Trabalhistas	115.472	(25.111)	90.361	100.416	(22.939)	77.477
Cíveis	86.868	-	86.868	86.912	(1.332)	85.580
Tributárias	16.001	(49)	15.952	16.001	(70)	15.931
Ambientais	7.735	-	7.735	7.678	-	7.678
Criminais	577	-	577	155	-	155
Administrativos	24.848	(1.359)	23.489	22.484	-	22.484
Saldo final	251.501	(26.519)	224.982	233.646	(24.341)	209.305

Notas Explicativas

	31/03/2026			31/12/2025		
	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido	Contingências	Depósitos judiciais	Saldo líquido
Consolidado:						
Trabalhistas	115.806	(25.258)	90.548	100.813	(23.156)	77.657
Cíveis	87.521	-	87.521	87.458	(1.332)	86.126
Tributárias	16.001	(49)	15.952	16.001	(70)	15.931
Ambientais	7.851	-	7.851	7.792	-	7.792
Criminais	577	-	577	155	-	155
Administrativos	24.848	(1.359)	23.489	22.484	-	22.484
Saldo final	252.604	(26.666)	225.938	234.703	(24.558)	210.145

A movimentação no período de três meses findo em 31 de março de 2026 é demonstrada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2025, antes da compensação de depósitos judiciais	233.646	234.703
Adições	28.148	28.400
Atualizações	1.599	1.610
Reversões	(324)	(324)
Pagamentos	(11.568)	(11.785)
Total provisões	251.501	252.604
Compensação de depósitos	(26.519)	(26.666)
Saldo em 31 de março de 2026	224.982	225.938

As adições e reversões referem-se a inclusão de novos processos e reavaliações de prognósticos de perda em processos judiciais contra a COPASA MG e conforme análise feita pela área jurídica, com base em jurisprudências ou sentenças prolatadas pelo judiciário e validação no âmbito da Administração da Companhia. As atualizações referem-se à correção monetária do saldo provisionado.

As movimentações na controladora podem ser assim resumidas:

1. Adições no valor de R\$28.148, referentes a constituição de provisão para as ações judiciais, sendo aumento nas provisões trabalhistas de R\$20.193, cíveis de R\$5.278, tributárias de R\$97, criminal de R\$420 e administrativas de R\$2.160.
2. Atualizações de processos no valor de R\$1.599, sendo R\$1.276 provisões trabalhistas, negativo R\$254 cíveis, R\$186 tributários, R\$90 ambientais, R\$2 criminais e R\$299 administrativas.
3. Reversões líquidas no montante de R\$324, sendo basicamente de provisões cíveis.
4. Pagamentos realizados no valor de R\$11.568, distribuídos da seguinte forma: R\$6.413 referentes a ações trabalhistas, R\$4.834 a ações cíveis, R\$262 a ações tributárias, R\$27 a ações ambientais, R\$32 a ações administrativas.

A movimentação no período de três meses findo em 31 de março de 2025 é demonstrada como segue:

Notas Explicativas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2024, antes da compensação de depósitos judiciais	176.595	177.073
Adições	21.013	21.234
Atualizações	3.923	3.932
Reversões	(308)	(284)
Pagamentos	(10.327)	(10.430)
Total provisões	190.896	191.525
Compensação de depósitos	(22.319)	(22.366)
Saldo em 31 de março de 2025	168.577	169.159

As movimentações na controladora podem ser assim resumidas:

5. Adições no valor de R\$21.013, referentes a constituição de provisão para as ações trabalhistas, cíveis e tributárias, sendo aumento nas provisões trabalhistas de R\$14.181, cíveis de R\$6.268, tributárias de R\$9 e administrativas de R\$555.
6. Atualizações de processos no valor de R\$3.923, sendo R\$993 provisões trabalhistas, R\$2.005 cíveis, R\$276 tributários, R\$54 ambientais, R\$78 criminais e R\$517 administrativas.
7. Reversões líquidas no montante de R\$308, sendo basicamente de provisões cíveis.
8. Pagamentos efetuados no valor de R\$10.327, sendo R\$1.997 de ações trabalhistas, R\$8.093 de ações cíveis, R\$9 de ações tributárias, R\$24 de ações ambientais e R\$204 de ações administrativas.

A Companhia e suas subsidiárias figuram como partes em vários processos judiciais que surgem no curso normal de suas operações, existindo grande pulverização no número e no valor dos processos. Os principais estão listados nos incisos a seguir:

(i) Provisões trabalhistas

As ações judiciais em que a Companhia e suas subsidiárias figuram como réis decorrem, em sua maioria, de demandas trabalhistas de empregado próprio e de prestadores de serviço, tem como principais pedidos o pagamento de horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais decorrentes de alegações de isonomia de função. A Companhia e suas subsidiárias provisionam as ações trabalhistas classificadas como risco de perda provável. A classificação do risco de perda, o valor de contingenciamento e o valor de provisão contábil são revistos e alterados, conforme as decisões judiciais proferidas em cada uma das fases do processo e avaliadas pelo comitê interno de contingenciamento.

Em 2008 foi movida ação trabalhista coletiva pelo Ministério Público do Trabalho (MPT) e o sindicato representante dos empregados, questionando a legalidade da política de desligamento adotada naquela época, por utilizar a idade dos empregados como critério para extinção do contrato de trabalho.

Em 2023 foi celebrado um acordo na ação coletiva, devidamente homologado pela Justiça do Trabalho, que encerrou a possibilidade de inclusão de potenciais interessados na Ação Coletiva. Novas execuções individuais estão suspensas em função da Ação Rescisória movida, tendo a Companhia obtido o deferimento de tutela provisória na mesma. A COPASA MG, baseada na posição de seus assessores jurídicos, manteve provisionado o montante de R\$19.505 em 31 de março de 2026 (R\$19.337 em 31 de dezembro de 2025), relativo a potenciais beneficiários que não aderiram à Ação Coletiva, considerando eventuais novas ações individuais. Alguns acordos estão sendo realizados em ações individuais em curso.

(ii) Provisões cíveis

As provisões cíveis relacionam-se a processos com pedidos de pagamento de indenização por danos morais e/ou materiais ou de obrigações de fazer e de pagar oriundas de natureza comercial, entre outras matérias. A Companhia e suas subsidiárias estimam a provisão com base nos valores faturados passíveis de questionamento e em decisões judiciais recentes.

Notas Explicativas

A Associação Comunitária e do Meio Ambiente da Aldeia - Ama Aldeia ajuizou, em 2003, ação civil coletiva que teve como objeto a implantação do serviço de abastecimento de água na Comunidade da Aldeia, Município de Brumadinho, estando em discussão a aplicação de multa pelo descumprimento da obrigação. O valor provisionado em 31 de março de 2026 é R\$7.692 (R\$7.603 em 31 de dezembro de 2025).

(iii) Provisões tributárias

As provisões tributárias se referem a processos de execução fiscal no qual o ente público pretende o recebimento de algum crédito de natureza tributária (impostos, taxas, contribuições, contribuições de melhoria ou empréstimo compulsório) ou de natureza não tributária (multas derivadas de processos sancionatórios administrativos).

O Município de Alfenas ajuizou, em 2023, execução fiscal pretendendo a cobrança de multas aplicadas em diversos autos de infração, decorrentes de questões envolvendo a recomposição de pavimentação após a realização de obras pela COPASA MG. O valor provisionado em 31 de março de 2026 é R\$12.578 (R\$12.434 em 31 de dezembro de 2025).

(iv) Ambientais

Trata-se de ações propostas contra a Companhia e suas subsidiárias relacionadas ao curso normal dos negócios e envolvem, em regra, pedidos de reparação e/ou indenização por alegados danos ao meio ambiente, em decorrência da execução das atividades referentes ao processo de tratamento de água ou a alguma das etapas de prestação do serviço de esgotamento sanitário.

(v) Criminais

Referem-se a processos propostos pelo Ministério Público contra a COPASA MG e versam, em regra, sobre a violação a algum dos dispositivos da Lei 9.605/98, a qual dispõe sobre sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.

(vi) Administrativas

As provisões administrativas dizem respeito aos processos judiciais que têm por objeto discussões envolvendo, predominantemente, o Direito Público, incluindo-se a regulação dos serviços públicos, os contratos de concessão e de programa formalizados entre a COPASA MG e os municípios, concurso público, licitação e contratos administrativos, improbidade administrativa, cumprimento de termo de ajustamento de conduta, legislação federal, estadual e municipal que impacta nos negócios da Companhia.

O MPMG ajuizou, em 2017, ação civil coletiva que teve como objeto a adequação do sistema de abastecimento de água do Município de Bom Despacho e a indenização por dano moral coletivo decorrente de eventos de desabastecimento ocorridos naquele ano. Houve decisão desfavorável à COPASA MG, ainda em fase recursal. O valor provisionado em 31 de março de 2026 é R\$10.072 (R\$9.956 em 31 de dezembro de 2025).

Recomposição Asfáltica – Belo Horizonte

A Companhia é parte em ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), requerendo a realização de obras de recomposição asfáltica decorrentes de intervenções realizadas na sua prestação dos serviços públicos de saneamento básico no município de Belo Horizonte, em observância ao Código de Posturas desse Município (Lei Municipal 8.616/03). A Companhia foi condenada, em decisão transitada em julgado, na obrigação de realizar as obras de recomposição de pavimento em conformidade com o citado Código.

Em 05 de dezembro de 2025, a Companhia firmou, com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PMBH), Instrumento de Acordo que estabelece diretrizes para a formalização de futuro Termo Aditivo aos instrumentos de prestação dos serviços no Município. No referido Instrumento, as partes se comprometeram a buscar solução consensual, juntamente com o Ministério Público, para a referida ação civil pública, incluindo a definição do valor a ser ressarcido ao Município e a metodologia de recomposição de pavimentos.

Em continuidade às tratativas, em 26 de março de 2026, conforme divulgado pela Companhia em Fato Relevante, foi formalizado o Décimo Termo Aditivo de Adequação ao Convênio de Cooperação celebrado

Notas Explicativas

com o Município de Belo Horizonte (Nota Explicativa 4), o qual contemplou, entre outras matérias, a solução consensual relacionada à referida ação civil pública de recomposição asfáltica. Nos termos do aditivo, ficou estabelecida a obrigação da Companhia de efetuar o pagamento ao Município do montante total de R\$300.000 considerando as negociações realizadas entre as partes, bem como estudos internos da Companhia, em três parcelas entre 2026 e 2028, atualizadas anualmente pelo IPCA, destinado à recomposição de pavimentos pelo Município; cujos valores igualmente serão incorporados à Base de Remuneração Regulatória. Tal montante foi registrado contabilmente pela Companhia, em março de 2026, no Ativo Intangível, em contrapartida a obrigação com o Poder Concedente, no Passivo Circulante e Não Circulante.

Conforme indicado no referido Aditivo, a COPASA MG e a PMBH reconhecem o referido montante a ser pago como adequado, e se comprometeram a resolver por autocomposição a controvérsia oriunda da Ação Civil Pública. Desta forma, o assunto foi levado à apreciação do MPMG, visando a autocomposição definitiva. O pagamento indicado acima está condicionado ao encerramento definitivo da referida Ação Civil Pública. Não havendo acordo definitivo, permanecerá a discussão em trâmite relativa a esta ação. Até a data de aprovação destas informações financeiras intermediárias, a apreciação pelo MPMG encontra-se em andamento.

(b) Demandas judiciais não provisionadas

A Companhia e suas subsidiárias discutem em juízo outras ações para as quais tem expectativa de perda possível. Para essas ações não foi constituída provisão para eventuais perdas, tendo em vista que a Companhia e suas subsidiárias consideram ter sólido embasamento jurídico que fundamente os procedimentos adotados para a defesa na esfera judicial. Os processos em andamento nas instâncias administrativas e judiciais, perante diferentes tribunais, nos quais a Companhia e suas subsidiárias são partes passiva, estão assim distribuídos:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Trabalhistas (i)	143.619	119.477	144.281	120.491
Cíveis (ii)	589.274	588.413	598.922	598.508
Tributárias (iii)	188.840	195.768	188.840	195.768
Ambientais	81.154	69.210	81.182	69.237
Criminais	962	952	967	958
Administrativas	96.421	92.383	100.784	97.790
Total	1.100.270	1.066.203	1.114.976	1.082.752

(i) Trabalhistas

As ações nas quais a Companhia e suas subsidiárias têm responsabilidade direta, em sua maioria, estão relacionadas a horas extras, adicionais de insalubridade e periculosidade, diferenças salariais decorrentes de isonomia de função e questionamentos relacionados à demissão de empregados, e a responsabilidade subsidiária, nos processos relativos às empreiteiras, prestadores de serviços e fornecedores.

(ii) Cíveis

Referem-se a ações ajuizadas por clientes, Ministério Público Estadual e da União, Municípios, associações, etc., que pleiteiam a tutela jurisdicional no que diz respeito a diversos assuntos, excetuadas as demandas de natureza tributária e trabalhista, estando distribuídas em diversas instâncias, varas judiciais e juizados especiais.

Ações individuais

A Companhia e suas subsidiárias são partes em um número significativo de ações individuais indenizatórias. Tais ações foram propostas no curso normal de nossos negócios e envolvem danos morais e materiais, tais como indenizações por danos a imóveis e automóveis e acidentes causados durante a exploração de nossas atividades, entre outras matérias. A Administração não acredita que tais ações judiciais causarão, isoladamente ou em conjunto, efeito material adverso sobre os resultados operacionais, condição financeira ou perspectivas de negócios da Companhia e de suas subsidiárias.

Notas Explicativas

Ações Coletivas

A Companhia e suas subsidiárias são partes em ações civis públicas e ações populares que pleiteiam a anulação, suspensão ou impugnação de 36 de nossos contratos de concessão. Essas ações foram classificadas com possibilidade de perda possível ou remota, e, em razão disso, não foram constituídas provisões. Ressalta-se ainda a existência de precedente favorável à Companhia e suas subsidiárias, proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais em caso análogo, bem como pareceres de renomados juristas sobre o assunto também favoráveis ao nosso posicionamento, ou seja, à legalidade dos contratos de concessão celebrados.

(iii) Tributárias

Trata-se de ações nas quais a Companhia e suas subsidiárias são acionadas pela Fazenda Pública, seja ela Nacional, Estadual ou Municipal, para cobrança de créditos de natureza tributária (decorrente de impostos, taxas, contribuições de melhoria, contribuições sociais e/ou empréstimo compulsório) e para cobrança de créditos de natureza não-tributária (como os decorrentes de imposição de multas administrativas).

(iv) Ambientais

Trata-se de ações propostas contra a Companhia e suas subsidiárias relacionadas ao curso normal dos negócios e envolvem, em regra, pedidos de reparação e/ou indenização por alegados danos ao meio ambiente, em decorrência da execução das atividades referentes ao processo de tratamento de água ou a alguma das etapas de prestação do serviço de esgotamento sanitário.

(c) Passivos ambientais na esfera administrativa, não provisionados

(i) Termo de Autocomposição n.º 28/2025 (TAC/CPRAC 654/2025)

O Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA), formalizou, em outubro de 2025, a concessão de uso de 8 (oito) barragens estratégicas à COPASA MG, pelo prazo de 30 anos. Em novembro de 2025, a Companhia celebrou com a SEAPA, o Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM) e a Fundação Estadual do Meio Ambiente (FEAM) o Termo de Autocomposição (TAC) n.º 28/2025, visando a regularização ambiental e a implementação integral do Plano de Segurança de Barragens (PSB) aplicável às referidas estruturas. O TAC estabelece diversas obrigações de fazer, num montante estimado em R\$82 milhões em 31 de março de 2026 (R\$82 milhões em 31 de dezembro de 2025), que serão incorporadas e capitalizadas ao patrimônio da Companhia ao longo do cronograma definido no Termo, com horizonte final de execução até o final de 2029.

A Companhia entende que o Termo de Autocomposição constitui instrumento essencial para a regularização das barragens, mitigação dos riscos e tratamento dos passivos ambientais associados a essas estruturas, contribuindo para a segurança operacional e para a conformidade regulatória.

(ii) Autos de Infração Ambientais

A Companhia e suas subsidiárias possuem autos de infração de natureza ambiental aplicados por autoridades municipais, estadual e federal em discussão na esfera administrativa. O montante total de tais Autos de Infração em 31 de março de 2026 é de R\$145.742 (R\$140.620 em 31 de dezembro de 2025), a valores históricos sem atualização monetária, sendo que a valores atualizados em 31 de março de 2026 o montante é de R\$235 milhões. No entender da Companhia, tratam-se de fiscalizações administrativas relacionadas ao curso normal dos negócios e envolvem, em regra, autuações por intervenção no meio ambiente em decorrência da execução das atividades referentes ao processo de tratamento de água ou a alguma das etapas de prestação do serviço de esgotamento sanitário, sendo sua probabilidade de perda avaliada como possível.

A Administração mantém acompanhamento permanente dos processos e autos de infração ambientais da execução do TAC, avaliando continuamente os reflexos financeiros e operacionais decorrentes destes passivos.

Notas Explicativas

(d) Processos referentes a devolução de tarifas

A ARSAE-MG, no exercício de suas competências fiscalizatórias, instaurou 52 processos administrativos regulatórios, com o fito de apurar supostas cobranças indevidas de valores aos usuários da COPASA MG/COPANOR, em decorrência de potenciais irregularidades entre as informações de cadastro de rede, as informações do cadastro comercial e as informações do banco de faturamento das Companhias, bem como pela suposta aplicação incorreta da metodologia de cálculo de faturas emitidas segundo o procedimento de faturamento pela média histórica de consumo e, ainda, em virtude de pretensão de faturamento irregular face ao rompimento de interceptores de esgoto, da COPASA MG, que atende à Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). A Entidade Reguladora, em cada um desses processos administrativos, definiu a necessidade de aplicar à Companhia a penalidade de devolução de valores em dobro aos usuários, corrigidos por IPCA + juros de 1% ao mês, quando tratar-se de débitos anteriores a 20 de julho de 2020, conforme Resolução ARSAE MG nº 40/2013, e corrigidos pela Taxa Selic, quando tratar-se de débitos a partir de 20 de julho de 2020, conforme a Resolução ARSAE MG nº 131/2019.

O assunto foi apresentado no Conselho de Administração da COPASA MG no dia 15 de dezembro de 2023, oportunidade em que os Conselheiros manifestaram discordância em relação às condições propostas pela Agência Reguladora no que tange à penalidade aplicada à COPASA MG, deliberando, assim, pela suspensão das devoluções já iniciadas, autorização da continuidade na tramitação dos processos judiciais e ajuizamento de ação judicial dos processos administrativos que não foram judicializados.

Até 31 de março de 2026, dos 52 processos administrativos da ARSAE-MG, a COPASA MG/COPANOR distribuíram 50 ações judiciais (47 ações judiciais até 31 de dezembro de 2025), visando à declaração de nulidade das penalidades de devolução de valores ou, alternativamente, a redução dos valores e a aplicação de índice de atualização monetária mais favorável. Quanto aos demais processos administrativos a Companhia segue avaliando a melhor estratégia a ser adotada em cada caso concreto, não se descartando a judicialização. O valor em discussão estimado é de R\$42.651 em 31 de março de 2026 (R\$42.651 em 31 de dezembro de 2025), e a probabilidade de perda é avaliada como possível.

(e) Ações movidas contra a Fundação Libertas

A COPASA MG é patrocinadora do Plano de Previdência Complementar denominado Plano RP1 COPASA Fechado, na modalidade Benefício Definido, administrado pela Fundação Libertas de Seguridade Social (Fundação Libertas), conforme Nota Explicativa 19. No exercício de 2012, a Fundação Libertas provisionou no referido plano R\$959,2 mil (valor histórico), referentes aos Processos Judiciais nos 89.00.10143-9 e 89.00.10134-0, movidos pelo Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) contra aquela Fundação.

Tomando-se como base cálculos preliminares, o referido valor foi pago pela COPASA MG à Fundação, em conta específica, uma vez que foi cumprido o previsto no Plano de Custeio para 2013 e de acordo com o Termo de Compromisso assinado entre a COPASA MG e a Fundação Libertas.

A Fundação Libertas, em 2015, foi intimada nos autos do processo nº 89.00.10143-9, em trâmite perante a 6ª Vara Federal de Brasília, a pagar o montante de aproximadamente R\$5 milhões (valor este de atribuição ao Plano COPASA RP1). A diferença entre o valor efetivamente pago pela Fundação e o valor até então assumido pela COPASA MG (R\$959,2 mil) já foi devidamente liquidado pela COPASA MG.

No que tange ao processo nº 89.00.10134-0, em trâmite perante a 9ª Vara Federal de Brasília, a Fundação Libertas foi intimada do início da liquidação por artigos da sentença proferida no feito, tendo apresentado a sua impugnação. O processo está em fase de produção de prova pericial, sendo que já houve a apresentação de laudo preparado por perito judicial, estabelecendo o montante de R\$27,7 milhões como valor devido pela Libertas, sendo que o valor do pedido da contraparte foi de R\$1,7 bilhão, em nossa visão, valor esse descabido. Inclusive, após a apresentação de questionamentos sobre o laudo pericial, o referido valor de R\$27,7 milhões foi ratificado pelo perito judicial, que informou não ter identificado nos autos provas relativas aos danos emergentes e lucros cessantes. Ainda não houve o encerramento da liquidação e, tampouco, a prolação de sentença acerca do montante devido, estando o processo sujeito a recursos e à consequente delimitação das eventuais obrigações que deverão ser, posteriormente, objeto de cumprimento de sentença.

Notas Explicativas

A COPASA MG não é parte nos referidos processos, tampouco responsável por qualquer pagamento advindo da condenação da Fundação Libertas. Não obstante, tal provisão foi considerada na avaliação atuarial, elaborada de acordo com os requisitos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, para efeito de reconhecimento do passivo atuarial da COPASA MG. A probabilidade de perda é avaliada como possível.

17. Imposto de Renda e Contribuição Social

(a) Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Os valores registrados como despesas de imposto de renda e contribuição social nas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas estão conciliados com as alíquotas nominais previstas em lei, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Lucro antes dos impostos	455.486	572.610	467.376	572.610
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Despesa esperada à taxa nominal	(154.865)	(194.687)	(158.908)	(194.687)
IRPJ e CSLL sobre:				
(Adições) /exclusões -				
Equivalência patrimonial	1.624	(531)	-	-
Doações e subvenções	77	222	77	222
Outras (adições) /exclusões	(3.212)	(1.220)	(1.586)	(1.751)
Outros itens de reconciliação -				
Juros sobre o capital próprio	60.385	38.534	60.385	38.534
Incentivos fiscais	8.609	13.581	8.613	13.581
Despesa efetiva - IRPJ e CSLL	(87.382)	(144.101)	(91.419)	(144.101)
IRPJ e CSLL correntes	(128.758)	(154.326)	(132.892)	(154.326)
IRPJ e CSLL diferidos	41.376	10.225	41.473	10.225
Despesa efetiva - IRPJ e CSLL	(87.382)	(144.101)	(91.419)	(144.101)
Alíquota efetiva	19,18%	25,17%	19,56%	25,17%

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de compensação são os seguintes:

Controladora	Saldos iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos Finais
Período de três meses findo em 31 de março de 2026				
Ativo (Passivo) de IRPJ e CSLL sobre:				
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	105.743	-	6.860	112.603
Provisão para demandas judiciais	79.440	-	6.071	85.511
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	32.037	-	(682)	31.355
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	306.583	-	14.653	321.236
Outras diferenças temporárias	9.184	-	(5.394)	3.790
Operações com derivativos	1.319	-	54.861	56.180
Ativo (Passivo) atuarial – resultados abrangentes	12.507	-	-	12.507
Margem da receita de construção diferida	(22.467)	-	429	(22.038)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(240.036)	-	(32.513)	(272.549)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(14.046)	-	(2.964)	(17.010)
Custo de captação de empréstimos	(2.841)	-	51	(2.790)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(4.826)	4	-	(4.822)
Total ativo diferido líquido	262.597	4	41.372	303.973

Notas Explicativas

Consolidado	Saldos Iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos Finais
Período de três meses findo em 31 de março de 2026				
Ativo (Passivo) de IRPJ e CSLL sobre:				
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	106.100	-	6.962	113.062
Provisão para demandas judiciais	79.440	-	6.071	85.511
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	32.037	-	(682)	31.355
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	306.740	-	14.653	321.393
Outras diferenças temporárias	9.534	-	(5.406)	4.128
Operações com derivativos	1.319	-	54.861	56.180
Ativo (Passivo) atuarial - resultados abrangentes	12.507	-	-	12.507
Margem da receita de construção diferida	(22.467)	-	429	(22.038)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(240.136)	-	(32.506)	(272.642)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(14.046)	-	(2.964)	(17.010)
Custo de captação de empréstimos	(2.841)	-	51	(2.790)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(4.826)	4	-	(4.822)
Total ativo diferido líquido	263.361	4	41.469	304.834

Controladora	Saldos Iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos Finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025				
Ativo (Passivo)				
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	87.929	-	17.814	105.743
Provisão para demandas judiciais	60.042	-	19.398	79.440
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	34.764	-	(2.727)	32.037
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	267.237	-	39.346	306.583
Outras diferenças temporárias diversas	19.370	-	(10.186)	9.184
Operações com derivativos	-	-	1.319	1.319
Ativo (Passivo) atuarial - resultados abrangentes	(4.175)	16.682	-	12.507
Margem da receita de construção diferida	(24.199)	-	1.732	(22.467)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(199.664)	-	(40.372)	(240.036)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(13.810)	-	(236)	(14.046)
Custo de captação de empréstimos	(3.049)	-	208	(2.841)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(4.841)	15	-	(4.826)
Total ativo diferido líquido	219.604	16.697	26.296	262.597

Consolidado	Saldos Iniciais	Resultado abrangente	Reconhecido no resultado	Saldos Finais
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025				
Ativo (Passivo) de IRPJ e CSLL sobre:				
Provisão para perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	87.929	-	18.171	106.100
Provisão para demandas judiciais	60.042	-	19.398	79.440
Ajuste CPC - saldo a depreciar de ativos cedidos	34.764	-	(2.727)	32.037
Diferença de amortização gerada pelo desconto do ativo financeiro	267.237	-	39.503	306.740
Outras diferenças temporárias diversas	19.370	-	(9.836)	9.534
Operações com derivativos	-	-	1.319	1.319
Ativo (Passivo) atuarial - resultados abrangentes	(4.175)	16.682	-	12.507
Margem da receita de construção diferida	(24.199)	-	1.732	(22.467)
Capitalização do ativo financeiro descontado	(199.664)	-	(40.472)	(240.136)
Custo de captação pela emissão de debêntures	(13.810)	-	(236)	(14.046)
Custo de captação de empréstimos	(3.049)	-	208	(2.841)
Provisão para ajustes de CPCs - resultados abrangentes	(4.841)	15	-	(4.826)
Total ativo diferido líquido	219.604	16.697	27.060	263.361

Em 31 de março de 2026, não ocorreram alterações na natureza e nas condições do imposto de renda e contribuição social em relação ao descrito na Nota 18 das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, a Administração decidiu não repeti-las nessas Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas.

Notas Explicativas

18. Convênio de Cooperação Técnica

O saldo de convênios no ativo está assim composto:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2026	31/12/2025
Ativo circulante	27.536	27.609	27.525	27.602
	27.536	27.609	27.525	27.602

	Controladora			Consolidado		
	A receber	Adiantamento	Líquido	A receber	Adiantamento	Líquido
31 de março de 2026						
Recursos estaduais	10.762	(9.281)	1.481	561.686	(560.216)	1.470
Recursos federais	110.573	(84.518)	26.055	110.573	(84.518)	26.055
Total	121.335	(93.799)	27.536	672.259	(644.734)	27.525
31 de dezembro de 2025						
Recursos estaduais	10.762	(9.281)	1.481	561.688	(560.214)	1.474
Recursos federais	110.573	(84.445)	26.128	110.573	(84.445)	26.128
Total	121.335	(93.726)	27.609	672.261	(644.659)	27.602

O saldo de convênios no passivo está assim composto:

	Controladora / Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Passivo circulante	150	138
Passivo não circulante	4.852	4.810
Recursos estaduais	5.002	4.948

19. Obrigações de Benefícios de Aposentadoria

Os valores e as informações das obrigações de benefícios de aposentadoria estão demonstrados a seguir:

a) Valores reconhecidos no passivo:

	Controladora/Consolidado	
	31/03/2026	31/12/2025
Contribuições normais - circulante	9.466	-
Obrigações de longo prazo - não circulante	47.737	47.737
Total das obrigações registradas no balanço patrimonial	57.203	47.737

As movimentações ocorridas no passivo líquido são demonstradas a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora/Consolidado	
	1º trimestre de	
	2026	2025
Saldo inicial	47.737	6
Valores atuariais reconhecidos na demonstração do resultado	-	(69)
Provisão contribuições do empregador	14.599	13.396
Provisão contribuições dos participantes	14.727	13.512
Amortização contribuições (empregador)	(19.860)	(17.951)
Saldo final	57.203	8.894
Passivo circulante	9.466	8.894
Passivo não circulante	47.737	-

- b) Em 31 de março de 2026 não houve valores atuariais reconhecidos da demonstração do resultado, os valores projetados são:

	Controladora / Consolidado			
	Período de três meses findo em 31 de março de			
	2026			
	RP1 (BD)	COPASA SALDADO (BD)	NOVO PLANO COPASA (CD)	TOTAL
Custo dos serviços correntes	3	-	4	7
Custo Financeiro	(1.575)	(29.314)	(293)	(31.182)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	1.905	28.086	2.395	32.386
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(330)	1.228	(2.102)	(1.204)
(Despesas) Receitas	3	-	4	7

	Controladora / Consolidado			
	Período de três meses findo em 31 de março de			
	2025			
	RP1 (BD)	COPASA SALDADO (BD)	NOVO PLANO COPASA (CD)	TOTAL
Custo dos serviços correntes	13	-	(35)	(22)
Custo Financeiro	(1.581)	(29.247)	(305)	(31.133)
Retorno esperado sobre os ativos do plano	1.847	29.377	2.156	33.380
Juros sobre o efeito do teto do ativo	(266)	(39)	(1.851)	(2.156)
(Despesas) Receitas	13	91	(35)	69

Não houve valores reconhecidos em outros resultados abrangentes no período de três meses findo em 31 de março de 2026.

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2025 referentes aos três planos de benefício estão detalhados na Nota Explicativa 20 das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas daquele exercício, arquivadas na CVM, na qual, adicionalmente, estão detalhadas (i) as principais premissas atuariais consideradas, bem como (ii) as análises de sensibilidade das principais hipóteses envolvidas.

20. Patrimônio Líquido e Dividendos

(a) Capital

A Companhia faz parte do Novo Mercado de Governança Corporativa da B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, sendo seu capital formado exclusivamente por ações ordinárias. O Capital Social subscrito e integralizado em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 é de R\$5.000.000, representado por 380.253.069 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Notas Explicativas

(b) Reservas de lucros

Não ocorreram alterações relevantes nas reservas em relação ao descrito na Nota 21(b) das Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, a Administração decidiu não as repetir nessas Informações Financeiras Intermediárias.

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

Não ocorreram movimentações relevantes nos saldos dos ajustes de avaliação patrimonial neste período.

(d) Remuneração aos acionistas

• Política de Dividendos

A Política de Dividendos da Companhia está descrita na Nota 21(d) das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Declaração de dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP) do período

• Dividendos Regulares

A remuneração aos acionistas no período de três meses findo em 31 de março de 2026, conforme aprovação pelo Conselho de Administração, encontra-se detalhada a seguir:

Referência	Evento Societário	Data do Direito	Valores	Data do Pagamento Previsto
JCP 1T26	RCA 12/03/2026	23/03/2026	177.603	11/05/2026
	Total		177.603	

• Movimentação da rubrica de “dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar”:

	Controladora / Consolidado	
	Trimestre findo em 31 de março de 2026	2025
Dividendos e JCP a pagar no início do exercício	131.701	144.028
Juros sobre o capital próprio	177.603	585.364
IR retido na fonte sobre juros sobre o capital próprio	(9.087)	(38.013)
Juros sobre o capital próprio pagos no exercício	(3)	(606.635)
Dividendos regulares e extraordinários	-	207.523
Dividendos complementares	-	688
Dividendos pagos	(7)	(220.935)
JCP extemporâneo	-	59.712
JCP e Dividendos prescritos	-	(31)
Dividendos e JCP a pagar no final do trimestre/exercício	300.207	131.701

(e) Lucro por ação

• Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias de emissão da Companhia ao longo do período, excluindo as ações ordinárias mantidas em tesouraria.

	Controladora/Consolidado	
	1T2026	1T2025
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	368.104	428.509
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas - milhares	379.181	379.181
Lucro básico por ação (em Reais)	0,97	1,13

Notas Explicativas

- Diluído

Em 31 de março de 2026 e de 2025, o lucro diluído por ação é igual ao lucro básico, uma vez que não há instrumentos dilutivos.

21. Informação por Segmento de Negócios

A Administração da Companhia e suas subsidiárias definiu os segmentos operacionais utilizados para a tomada de decisões estratégicas, como serviços de água, serviços de esgoto e resíduos sólidos. A Companhia e suas subsidiárias não possuem receitas intersegmentos, possuindo apenas de clientes externos.

(i) Resultado

	Consolidado				
	Serviços de água	Serviços de esgoto	Outros	Reconciliação para as Informações Financeiras Intermediárias	Saldo conforme Informações Financeiras Intermediárias
Trimestre findo em 31 de março de 2026					
Receita operacional bruta	1.393.070	728.433	1.571	201.518	2.324.592
Tributos sobre vendas	(128.881)	(67.384)	(192)	-	(196.457)
Receita operacional líquida	1.264.189	661.049	1.379	201.518	2.128.135
Custos, despesas com vendas e administrativas	(880.437)	(460.383)	(960)	(201.518)	(1.543.298)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	383.752	200.666	419	-	584.837
Outras despesas operacionais líquidas					(52.677)
Resultado financeiro, líquido					(72.637)
Lucro operacional antes dos impostos					459.523
Trimestre findo em 31 de março de 2025					
Receita operacional bruta	1.371.512	698.886	1.512	181.184	2.253.094
Tributos sobre vendas	(126.897)	(64.651)	(185)	-	(191.733)
Receita operacional líquida	1.244.615	634.235	1.327	181.184	2.061.361
Custos, despesas com vendas e administrativas	(823.013)	(419.394)	(877)	(181.184)	(1.424.468)
Lucro operacional antes das outras despesas operacionais líquidas	421.602	214.841	450	-	636.893
Outras despesas operacionais líquidas					(43.113)
Resultado financeiro, líquido					(21.170)
Lucro operacional antes dos impostos					572.610

A amortização e depreciação do ativo está assim alocada:

Trimestre findo em 31 de março de 2026	Consolidado		
	Amortização	Depreciação	Total
Serviços de água	56.299	18.194	74.493
Serviços de esgoto	89.090	7.212	96.302
Outros ativos	69.348	15.108	84.456
Total	214.737	40.514	255.251

Notas Explicativas

	Consolidado		
	Amortização	Depreciação	Total
Trimestre findo em 31 de março de 2025			
Serviços de água	45.770	19.023	64.793
Serviços de esgoto	80.107	7.562	87.669
Outros intangíveis	58.107	9.188	67.295
Total	183.984	35.773	219.757

Os impactos na receita operacional bruta e nos custos, advindos da reconciliação para as informações financeiras intermediárias estão demonstrados a seguir:

	Consolidado	
	2026	2025
Trimestre findo em 31 de março de		
Receita bruta de construção referente ao ICPC 1 (R1)	201.518	181.184
Custo de construção referente ao ICPC 1 (R1)	(201.518)	(181.184)
Margem de construção	-	-

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado		
	31/03/2026	31/12/2025	31/03/2025
Intangível			
Serviços de água	2.567.310	2.324.226	2.092.534
Serviços de esgoto	3.972.114	3.724.638	3.664.241
Outros intangíveis	2.575.403	1.131.116	1.093.446
Total do intangível	9.114.827	7.179.980	6.850.221
Imobilizado			
Serviços de água	1.039.390	1.054.109	1.097.499
Serviços de esgoto	215.405	221.472	243005
Outros intangíveis	497.539	482.509	422667
Total do imobilizado	1.752.334	1.758.090	1.763.171
Ativo de Contrato			
Serviços de água	906.505	795.177	598.038
Serviços de esgoto	1.485.529	1.501.625	1.254.090
Outros intangíveis	1.414.764	1.370.913	851.151
Total do ativo de contrato	3.806.798	3.667.715	2.703.279
Ativo Financeiro			
Serviços de água	700.746	833.779	526.813
Serviços de esgoto	1.024.085	1.018.493	927.533
Outros intangíveis	194.239	164.415	142.240
Total do ativo financeiro	1.919.070	2.016.687	1.596.586

Não há passivo alocado aos segmentos reportados.

Notas Explicativas

22. Gestão de Risco Financeiro

No período findo em 31 de março de 2026, não ocorreram alterações na gestão dos riscos financeiros em relação às divulgadas na Nota 23 das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. Assim, as informações relacionadas a: (a) passivos vinculados à variação cambial; (b) qualidade do crédito dos ativos financeiros; (c) fluxo de caixa dos instrumentos financeiros, também não sofreram alterações relevantes em relação ao divulgado na referida Nota. Dessa forma, a Administração decidiu não as repetir nas Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas de 31 de março de 2026.

22.1 Análise de sensibilidade

A Companhia e suas subsidiárias monitoram seus índices de endividamento com o objetivo de avaliar os riscos das operações de créditos que possam comprometer sua liquidez.

A premissa de curto prazo da Companhia e de suas subsidiárias é dar previsibilidade ao seu caixa num período de 12 meses, considerando os cenários econômicos divulgados pelas instituições financeiras com as quais se relaciona.

Os principais riscos de exposição da Companhia e de suas subsidiárias são:

(a) Sensibilidade a taxa de juros

A Companhia elaborou análise de sensibilidade dos efeitos de uma eventual mudança em variáveis de mercado nos seus empréstimos, financiamentos e debêntures. Nessa análise, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da Companhia antes da tributação seria afetado conforme cenários demonstrados a seguir:

Indicadores	Exposição (i)	Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário IV	Cenário V
		Provável (ii)	+25%	-25%	+50%	-50%
TJLP (iii)	93.521	8,27%	10,34%	6,20%	12,41%	4,14%
Varição do Principal	-	7.734	9.668	5.801	11.601	3.867
IPCA	3.882.246	4,50%	5,63%	3,38%	6,75%	2,25%
Varição do Principal	-	174.701	218.376	131.026	262.052	87.351
DI	3.047.266	12,88%	16,10%	9,66%	19,32%	6,44%
Impactos nos Juros	-	392.488	490.610	294.366	588.732	196.244
TR	785.297	2,03%	2,54%	1,53%	3,05%	1,02%
Varição do Principal e Juros	-	15.968	19.960	11.976	23.952	7.984
Spread (Fixo + Euribor) (iv)	1.216.329	2,95%	3,69%	2,21%	4,43%	1,48%
Impacto nos Juros	-	35.882	44.852	26.911	53.823	17.941
Spread Fixo (iv)	313.084	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Sem Impacto	-	-	-	-	-	-
Total	9.337.743	626.773	783.466	470.080	940.160	313.387

(i) Principal em 31 de março de 2026, excluído custo de captação.

(ii) Fontes dos índices:

CDI, IPCA e TJLP conforme projeções Itaú março de 2026 (<https://www.itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>).

TR, conforme acumulado dos últimos 12 meses: <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPUBLICO/corrigirPelaTR.do?method=corrigirPelaTR>.

Euribor 6M, Conforme projeção Chatham 30 de março de 2026 (<https://www.chathamfinancial.com/technology/european-forward-curves>)

(iii) Contratos: Quando a TJLP for superior a 6% a.a., sobre o saldo devedor corrigido incide taxa de 6% a.a. + spread. Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% a.a., sobre o saldo devedor corrigido incidirá a TJLP integral acrescida do spread.

(iv) Contratos com spread fixo e sem correção monetária.

(b) Sensibilidade à taxa de câmbio

A análise de sensibilidade, elaborada pela Companhia, é apurada pela estimativa de variação cambial do Euro (€), de $\pm 25\%$ e $\pm 50\%$, no saldo devedor em moeda estrangeira dos empréstimos e financiamentos. Mantendo-se todas as outras variáveis constantes, o resultado da sensibilidade à taxa de câmbio, antes da tributação, é demonstrado a seguir:

Notas Explicativas

Instrumento financeiro em 31/03/2026

Saldo de principal (em mil Euros)
Saldo de principal

Financiamento

€ 254.406
1.529.412

Cenários em relação ao saldo devedor

Provável (Projeção)
Queda de 25% no euro
Queda 50% no euro
Acréscimo 25% no euro
Acréscimo 50% no euro

Ganho (perda)

Financiamento

(63.169)
382.353
764.706
(382.353)
(764.706)

Fonte dos índices projetados: Euro Projeção Itaú março de 2026. A cotação do Euro considerada no cenário "provável" é de R\$6,26 para o final do 4º trimestre de 2026.
<https://www.itaubba.com.br/itaubba-pt/analises-economicas/projecoes>.

(c) Risco cambial

A Companhia está exposta ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, às cotações do Euro em relação ao Real, impactando diretamente no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, cujos saldos devedores de principal eram de €254.406 mil (equivalente a R\$1.529.412) em 31 de março de 2026, são destinados a obras específicas de melhoria e ampliação dos sistemas de abastecimento de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário, bem como em ganhos de eficiência energética e proteção ambiental. Para estas operações, a partir do segundo semestre de 2025, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos destinados à proteção (SWAP), sem caráter especulativo, cujos montantes nocionais, em 31 de março de 2026, correspondem a 100% do principal dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, reduzindo integralmente a exposição ao risco cambial.

Operação	Data do Início da Operação	Vencimento da Operação	Valor Nocional EUR	Valor Justo da Posição Ativa	Valor Justo da Posição Passiva	Ganho (Perda) com Instrumentos Derivativos - Swap
1	03/07/2025	20/09/2033	7.500	43.980	48.510	(4.530)
2	03/07/2025	20/09/2033	47.230	276.561	304.798	(28.237)
3	03/07/2025	20/09/2033	32.597	192.315	212.188	(19.873)
4	02/10/2025	16/11/2029	28.687	165.860	183.896	(18.036)
5	19/11/2025	15/05/2032	20.010	107.093	116.987	(9.894)
6	07/01/2026	20/12/2043	115.000	796.688	879.106	(82.418)
7	20/01/2026	15/11/2032	3.382	17.357	19.605	(2.248)
TOTAL			254.406	1.599.854	1.765.090	(165.236)

Durante o período de três meses findo em 31 de março de 2026, a Companhia incorreu em R\$176.760 de despesa líquida no seu Resultado (R\$11.445 no exercício de 2025), decorrente das operações de Swap. Desse montante, foram pagos R\$15.404 (R\$7.565 no exercício de 2025), permanecendo em seu passivo em 31 de março de 2026 o montante de R\$165.236 (R\$3.880 em 31 de dezembro de 2025).

(d) Risco de liquidez

A tabela a seguir apresenta as garantias de recebíveis dadas pela Companhia nos contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, além da PPP do Rio Manso. Cabe ressaltar que tais contratos dispõem ainda de caução em garantia de financiamentos (Nota Explicativa 7).

Receitas Vinculadas em 31 de março de 2026

Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
Financiamentos e Debêntures			
Financiamentos 2007/2008	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	5.663	setembro-31
PAC 2009	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.064	novembro-32

Notas Explicativas

Receitas Vinculadas em 31 de março de 2026

Contrato	Garantia (receita vinculada)	Valor	Término do Contrato
5ª Emissão de Debêntures (R\$288 milhões)	no mínimo 4,5% do saldo devedor das debêntures no último dia útil de cada ano.	4.557	setembro-31
Financiamentos 2011 (INs 33, 25 e 24)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	4.357	junho-35
Financiamentos 2012 (IN 24)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	576	maio-36
Financiamentos 2013 (IN 27)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	3.625	outubro-37
Financiamentos 2014 (IN 02)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	2.626	fevereiro-38
Financiamentos 2015 (IN 19)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	1.649	março-39
Financiamentos 2017 (IN 29)	3 (três) vezes o serviço da dívida mensal dos contratos.	6.717	janeiro-43
8ª Emissão de Debêntures (R\$140 milhões)	R\$16,9 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde setembro de 2015.	26.359	junho-28
11ª Emissão de Debêntures (R\$226 milhões)	R\$5,5 milhões, corrigida anualmente pelo IPCA, desde janeiro de 2017.	7.762	janeiro-31
Financiamentos 2023 (€ 200 milhões)	125% da soma de amortização e juros da parcela.	22.609	dezembro-43
Parceria Público Privada			
PPP do Rio Manso	1/12 do valor anual da parcela integrante da contraprestação referente a cada ano de vigência.	12.201	dezembro-28
Total de Receita Vinculada		100.765	

22.2 Estimativa do valor justo

Valor justo de empréstimos, financiamentos e debêntures – os valores contábeis em comparação com seus respectivos valores justos estimados são os seguintes:

	Controladora / Consolidado			
	Contábil	Justo	Contábil	Justo
	31/03/2026	31/03/2026	31/12/2025	31/12/2025
Empréstimos e financiamentos	2.224.566	2.176.902	2.365.977	2.336.900
Debêntures simples	7.147.829	6.741.714	5.216.059	4.912.931
Total	9.372.395	8.918.616	7.582.036	7.249.831

Os valores de mercado passivos são calculados através da projeção do saldo devedor, atualizado pela taxa contratual, pelo período de meses restantes para pagamento. O valor encontrado retroage ao período atual, utilizando-se as taxas de mercado abaixo:

Linhas	Controladora / Consolidado			
	Taxa contratual	Período em meses	Taxa de mercado	Observações
Financiamento	7,85%	101	9,00%	Cotação da taxa em março de 2026
Debêntures simples	11,12%	72	13,85%	Cotação taxas Debêntures março de 2026
Financiamento	1,41%	99	1,41%	Cotação taxa em março de 2026
Financiamento	4,82%	216	5,17%	Cotação taxa em março de 2026
Financiamento	2,86%	91	3,53%	Cotação taxa em março de 2026

Notas Explicativas

23. Instrumentos Financeiros por Categoria

(a) Ativo

	31/03/2026		31/12/2025	
	Ativos Financeiros ao Custo		Ativos Financeiros ao Custo	
	Amortizado	Total	Amortizado	Total
Controladora:				
Caixa e equivalentes de caixa	2.193.242	2.193.242	456.892	456.892
Títulos e valores mobiliários	267.154	267.154	311.379	311.379
Contas a receber de clientes	1.508.863	1.508.863	1.473.925	1.473.925
Bancos e aplicações de convênios	6.887	6.887	7.728	7.728
Aplicações financeiras vinculada	111.208	111.208	96.295	96.295
Ativos financeiros de concessões	1.846.670	1.846.670	1.946.537	1.946.537
Demais contas a receber	115.936	115.936	90.140	90.140
	6.049.960	6.049.960	4.382.896	4.382.896
Consolidado:				
Caixa e equivalentes de caixa	2.242.819	2.242.819	503.654	503.654
Títulos e valores mobiliários	267.154	267.154	311.379	311.379
Contas a receber de clientes	1.540.174	1.540.174	1.498.725	1.498.725
Bancos e aplicações de convênios	7.026	7.026	7.866	7.866
Aplicações financeiras vinculada	111.208	111.208	96.295	96.295
Ativos financeiros de concessões	1.919.070	1.919.070	2.016.687	2.016.687
Demais contas a receber	102.595	102.595	85.861	85.861
	6.190.046	6.190.046	4.520.467	4.520.467

(b) Passivo

	31/03/2026			31/12/2025		
	Passivos Financeiros ao Custo			Passivos Financeiros ao Custo		
	Amortizado	Valor Justo por meio do Resultado	Total	Amortizado	Valor Justo por meio do Resultado	Total
Controladora:						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.372.395	-	9.372.395	7.582.036	-	7.582.036
Fornecedores	385.082	-	385.082	418.717	-	418.717
Arrendamento Mercantil	66.481	-	66.481	96.343	-	96.343
Parceria Público Privada	114.577	-	114.577	125.360	-	125.360
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	300.207	-	300.207	131.701	-	131.701
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	165.236	165.236	-	3.880	3.880
Obrigações com o Poder Concedente	1.444.277	-	1.444.277	-	-	-
	11.683.019	165.236	11.848.255	8.354.157	3.880	8.358.037

Notas Explicativas

	31/03/2026			31/12/2025		
	Passivos			Passivos		
	Financeiros	Valor Justo	Total	Financeiros	Valor Justo	Total
	ao Custo	por meio do		ao Custo	por meio do	
Amortizado	Resultado		Amortizado	Resultado		
Consolidado:						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	9.372.395	-	9.372.395	7.582.036	-	7.582.036
Fornecedores	393.893	-	393.893	429.595	-	429.595
Arrendamento Mercantil	66.787	-	66.787	96.992	-	96.992
Parceria Público Privada	114.577	-	114.577	125.360	-	125.360
Dividendos e Juros sobre o capital próprio a pagar	300.207	-	300.207	131.701	-	131.701
Instrumentos Financeiros Derivativos	-	165.236	165.236	-	3.880	3.880
Obrigações com o Poder Concedente	1.444.277	-	1.444.277	-	-	-
	11.692.136	165.236	11.857.372	8.365.684	3.880	8.369.564

O nível de hierarquia do valor justo por meio do resultado dos ativos da Companhia está enquadrado no nível 2, que corresponde a Aplicações Financeiras, Instrumentos Financeiros Derivativos e Depósitos Vinculados, conforme CPC 48 – Instrumentos Financeiros.

24. Transações com Partes Relacionadas

(a) Ativo, passivo e resultado

A Companhia reconhece como parte relacionada, além das relações de negócios mantidas com as suas Subsidiárias Integrais COPANOR e Copasa Patos, o Copass Saúde e a Fundação Libertas de Seguridade Social, bem como as transações financeiras mantidas com o pessoal-chave da Administração, com o seu Acionista majoritário e com as Empresas ou Órgãos a ele ligados, direta ou indiretamente, desde que haja com essas Empresas ou Órgãos relações contratuais formalizadas que gerem transações financeiras.

Os saldos e operações com as consideradas partes relacionadas são como segue:

	Controladora				
	31/03/2026				
	Subsidiária COPANOR	Subsidiária Patos Saneamento	Outras		
		ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS	
Ativo					
Circulante					
Contas a receber de clientes					
Valores faturados	-	-	20.193	1	16
Valores a faturar	-	-	11.840	1	7
Convênios	-	-	1.481	-	-
Outros ativos - Créditos com controlada	2.865	11.471	-	-	-
Outros ativos - Valores a receber EMG	-	-	14.942	-	-
Total do ativo	2.865	11.471	48.456	2	23

Notas Explicativas

	Controladora				
	31/03/2026				
	Subsidiária COPANOR	Subsidiária Patos Saneamento	Outras		
ESTADO MG			COPASS	LIBERTAS	
Passivo					
Circulante					
Convênios	-	-	150	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	9.466
Programa de saúde	-	-	-	13.759	-
Dividendos e JCP a pagar	-	-	158.717	-	-
Não circulante					
Convênios	-	-	4.852	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	47.737
Total do passivo	-	-	163.719	13.759	57.203

	Consolidado		
	31/03/2026		
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo			
Circulante			
Contas a receber de clientes			
Valores faturados	20.484	1	16
Valores a faturar	12.039	1	7
Convênios	1.470	-	-
Outros ativos - Valores a receber EMG	14.942		
Total do ativo	48.935	2	23

Passivo				
Circulante				
Convênios	150	-	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	9.466
Programa de saúde	-	13.927	-	-
Dividendos e JCP a pagar	158.717	-	-	-
Não circulante				
Convênios	4.852	-	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	47.737
Total do passivo	163.719	13.927	57.203	

	Controladora				
	31/03/2026				
	Subsidiária COPANOR	Subsidiária Patos Saneamento	Outras		
ESTADO MG			COPASS	LIBERTAS	
Resultado no trimestre findo em 31 de março de 2026					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	23	-	52.315	2	53
Receitas com controladas		803			
Programa de seguridade	-	-	-	-	(15.380)
Programa de saúde	-	-	-	(31.996)	-
Despesas com pessoal cedido e rateio de custos e despesas	(1.220)	(4.969)	-	-	-

Notas Explicativas

	Consolidado				
	31/03/2026				
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS		
Resultado no trimestre findo em 31 de março de 2026					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	53.074	2	53		
Programa de seguridade	-	-	(15.380)		
Programa de saúde	-	(32.275)	-		
	Controladora				
	31/12/2025				
	Subsidiária COPANOR	Subsidiária Patos Saneamento	Outras		
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS		
Ativo					
Circulante					
Contas a receber de clientes					
Valores faturados	-	-	19.876	1	16
Valores a faturar	-	-	10.202	1	4
Convênios	-	-	1.481	-	-
Outros ativos - Créditos com controlada	2.830	2.341	-	-	-
Outros ativos - Valores a receber EMG	-	-	7.555	-	-
Total do ativo	2.830	2.341	39.114	2	20
Passivo					
Circulante					
Convênios	-	-	138	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	-
Programa de saúde	-	-	-	12.692	-
Dividendos e JCP a pagar	-	-	69.607	-	-
Não circulante					
Convênios	-	-	4.810	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-	-	47.737
Total do passivo	-	-	74.555	12.692	47.737

Notas Explicativas

	Consolidado		
	31/12/2025		
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Ativo			
Circulante			
Contas a receber de clientes			
Valores faturados	20.244	1	16
Valores a faturar	10.409	1	4
Convênios	1.474	-	-
Outros ativos - Valores a receber EMG	7.555	-	-
Total do ativo	39.682	2	20
Passivo			
Circulante			
Convênios	138	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	-
Programa de saúde	-	12.692	-
Dividendos e JCP a pagar	69.607	-	-
Não circulante			
Convênios	4.810	-	-
Obrigações de benefícios de aposentadoria	-	-	47.737
Total do passivo	74.555	12.692	47.737

	Controladora				
	Subsidiária COPANOR	Subsidiária Patos	Outras		
			ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
Resultado no trimestre findo em 31 de março de 2025					
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	16	-	48.218	3	33
Programa de seguridade	-	-	-	-	(14.506)
Programa de saúde	-	-	-	(33.818)	-
Despesas com pessoal cedido e rateio de custos e despesas	(1.094)	-	-	-	-

	Consolidado		
	ESTADO MG	COPASS	LIBERTAS
	Resultado no trimestre findo em 31 de março de 2025		
Receitas de serviço de água e esgotamento sanitário	48.660	3	33
Programa de seguridade	-	-	(14.506)
Programa de saúde	-	(34.082)	-

Os saldos e operações com partes relacionadas são realizados a preços e condições acordados entre as partes, exceto no que se refere a tarifas reguladas de água e esgoto, as quais são sujeitas à determinação da Agência Reguladora.

(b) Remuneração do pessoal-chave da administração

	1º trimestre de	
	2026	2025
Remuneração	3.049	4.390
Benefícios:		
Alimentação	26	27
Saúde	64	62
Benefício pós-emprego	81	91
Total	3.220	4.570

Notas Explicativas

25. Compromissos

A Companhia e suas subsidiárias possuem contratos para construção de novos empreendimentos, em que as obrigações são contabilizadas à medida que os serviços são executados. Os principais valores comprometidos com empreiteiros e fornecedores em aberto, em 31 de março de 2026, estão demonstrados a seguir:

	<u>Valor</u>	<u>Prazo médio contratado em meses</u>
Obrigações dos 10 maiores contratos – Investimentos em obras e crescimento vegetativo em diversas concessões sendo este o valor esperado de desembolso	1.019.938	35
Obrigações Contratuais – Contratos de arrendamento mercantil fora do escopo do IFRS 16, sendo este o valor esperado de desembolso	23.547	14

26. Transações que não Envolvem Caixa ou Equivalentes de Caixa

No período de três meses findo em 31 de março de 2026 e 2025, a Companhia e suas subsidiárias realizaram as seguintes principais atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa e que, portanto, não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>1º trimestre de</u>		<u>1º trimestre de</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Custos de empréstimos capitalizados (Nota Explicativa 9)	34.387	33.885	34.387	33.885
Adições e remensurações de arrendamento mercantil	(22.160)	30.172	(22.362)	30.144
Obras a incorporar Copasa Patos (Nota Explicativa 8)	30.541	-	-	-
Capitalização da amortização do Direito de Uso do arrendamento	14.905	-	14.905	-
Direito para exploração de concessões – PMBH	1.444.277	-	1.444.277	-

27. Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida é como segue:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>1º trimestre de</u>		<u>1º trimestre de</u>	
	<u>2026</u>	<u>2025</u>	<u>2026</u>	<u>2025</u>
Receita de prestação de serviço de água	1.363.763	1.357.411	1.393.070	1.371.512
Receita de prestação de serviço de esgoto	711.827	694.315	728.433	698.886
Resíduos sólidos	1.571	1.512	1.571	1.512
Receitas com controladas	884	-	-	-
Receita de construção	196.484	175.103	201.518	181.184
Total receita bruta	2.274.529	2.228.341	2.324.592	2.253.094
Tributos sobre vendas e serviços (PIS/COFINS)	(192.293)	(190.006)	(196.457)	(191.733)
Receita Líquida	2.082.236	2.038.335	2.128.135	2.061.361

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Detalhamento da Receita líquida:				
Receita direta de água	1.222.628	1.216.771	1.248.739	1.229.383
Receita direta de esgoto	641.609	625.795	656.620	629.942
Resíduos sólidos	1.379	1.327	1.379	1.327
Receitas com controladas	802	-	-	-
Total receita direta	1.866.418	1.843.893	1.906.738	1.860.652
Receita indireta de água	14.964	15.047	15.450	15.232
Receita indireta de esgoto	4.370	4.292	4.429	4.293
Total receita indireta	19.334	19.339	19.879	19.525
Receita de construção	196.484	175.103	201.518	181.184
Receita Líquida	2.082.236	2.038.335	2.128.135	2.061.361

28. Custos e Despesas por Natureza

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Custos Operacionais				
Pessoal	(234.997)	(219.642)	(242.066)	(225.030)
Custos previdenciários	(44.610)	(45.280)	(45.720)	(46.353)
Custos de construção	(196.484)	(175.103)	(201.518)	(181.184)
Materiais gerais	(15.535)	(23.632)	(17.240)	(24.993)
Materiais de tratamento	(40.533)	(34.891)	(41.138)	(35.855)
Serviços de terceiros	(171.381)	(173.496)	(174.017)	(174.425)
Energia elétrica	(154.207)	(147.191)	(160.348)	(150.421)
Despesas gerais	(88.930)	(84.072)	(89.538)	(84.675)
Depreciação e amortização	(225.307)	(194.814)	(233.430)	(197.936)
Créditos tributários	-	-	329	255
Reversão (Perdas) de materiais obsoletos	(1.323)	(730)	(1.278)	(737)
	(1.173.307)	(1.098.851)	(1.205.964)	(1.121.354)

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Despesas com Vendas				
Pessoal	(43.670)	(36.597)	(43.755)	(36.674)
Custos previdenciários	(7.220)	(6.752)	(7.234)	(6.765)
Materiais gerais	(1.131)	(1.162)	(1.147)	(1.162)
Materiais de tratamento	(53)	(15)	(53)	(15)
Serviços de terceiros	(43.641)	(23.142)	(44.199)	(23.142)
Energia elétrica	(726)	(738)	(789)	(738)
Despesas gerais	(904)	(1.128)	(904)	(1.128)
Depreciação e amortização	(2.197)	(1.882)	(2.214)	(1.887)
	(99.542)	(71.416)	(100.295)	(71.511)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(73.136)	(43.827)	(73.577)	(44.251)

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Despesas Administrativas				
Pessoal	(72.429)	(101.935)	(76.839)	(102.987)
Custos previdenciários	(14.479)	(14.881)	(14.512)	(14.938)
Materiais gerais	(1.127)	(1.469)	(1.156)	(1.504)
Materiais de tratamento	(1)	(4)	(1)	(4)
Serviços de terceiros	(44.646)	(38.710)	(45.142)	(39.652)
Energia elétrica	(586)	(3.410)	(653)	(3.461)
Despesas gerais	(5.421)	(4.749)	(5.552)	(4.872)
Depreciação e amortização	(19.584)	(19.904)	(19.607)	(19.934)
	(158.273)	(185.062)	(163.462)	(187.352)

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Custos e Despesas				
Pessoal (Nota Explicativa 29)	(351.096)	(358.174)	(362.660)	(364.691)
Custos previdenciários (Nota Explicativa 29)	(66.309)	(66.913)	(67.466)	(68.056)
Custos de construção	(196.484)	(175.103)	(201.518)	(181.184)
Materiais gerais	(17.793)	(26.263)	(19.543)	(27.659)
Materiais de tratamento	(40.587)	(34.910)	(41.192)	(35.874)
Serviços de terceiros	(259.668)	(235.348)	(263.358)	(237.219)
Energia elétrica	(155.519)	(151.339)	(161.790)	(154.620)
Despesas gerais	(95.255)	(89.949)	(95.994)	(90.675)
Depreciação e amortização	(247.088)	(216.600)	(255.251)	(219.757)
Créditos tributários	-	-	329	255
Reversão (Perdas) de materiais obsoletos	(1.323)	(730)	(1.278)	(737)
Perdas de crédito esperadas das contas a receber de clientes	(73.136)	(43.827)	(73.577)	(44.251)
	(1.504.258)	(1.399.156)	(1.543.298)	(1.424.468)

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Detalhamento dos Custos de Construção:				
Salários e encargos	15.649	15.672	15.775	15.672
Materiais	28.269	8.713	28.588	9.050
Equipamentos	10.854	11.372	10.854	11.521
Serviços de terceiros	120.844	126.188	125.419	131.782
Custos de financiamentos	12.412	12.926	12.412	12.926
Outros	8.456	232	8.470	233
	196.484	175.103	201.518	181.184

Notas Explicativas

29. Gastos com Pessoal

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Salários	(200.699)	(206.121)	(210.298)	(210.743)
Indenizações, substancialmente PDVI	(2.518)	(1.603)	(2.525)	(1.619)
Custos previdenciários	(66.309)	(66.913)	(67.466)	(68.056)
FGTS	(17.876)	(18.070)	(18.161)	(18.356)
Contribuição para plano de pensão	(15.380)	(14.506)	(15.380)	(14.506)
Programa de alimentação	(52.416)	(50.830)	(53.662)	(52.073)
Programa de saúde	(31.996)	(33.818)	(32.275)	(34.082)
Participação dos empregados nos lucros	(22.909)	(26.422)	(22.909)	(26.422)
Outros benefícios	(7.302)	(6.804)	(7.450)	(6.890)
Total (Nota Explicativa 28)	(417.405)	(425.087)	(430.126)	(432.747)
Pessoal (Nota Explicativa 28)	(351.096)	(358.174)	(362.660)	(364.691)
Custos Previdenciários (Nota Explicativa 28)	(66.309)	(66.913)	(67.466)	(68.056)

30. Outras Receitas (Despesas) Operacionais

As outras despesas operacionais líquidas estão apresentadas abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Receita de multas contratuais	2.696	3.573	2.700	3.575
Doações e subvenções p/investimentos	226	652	226	652
Ganho na alienação de bens	13.499	2.946	13.499	3.095
Reversão de provisão não dedutível	2	84	2	84
Outras receitas	2.246	2.397	2.259	2.427
Total de receita	18.669	9.652	18.686	9.833
Demandas judiciais e indenizações	(31.165)	(24.277)	(31.182)	(24.460)
Taxa da ARSAE	(16.848)	(15.399)	(17.183)	(15.697)
Despesas com preservação ambiental	(8.836)	(3.883)	(8.836)	(3.883)
Impostos e tributos	(2.985)	(2.880)	(3.224)	(3.094)
Multas ambientais	(8.167)	(596)	(8.436)	(597)
Programa regulatório de pesquisa, desenvolvimento e inovação	(810)	(737)	(810)	(737)
Outras despesas	(1.668)	(4.474)	(1.692)	(4.478)
Total de despesa	(70.479)	(52.246)	(71.363)	(52.946)
Outras despesas operacionais, líquidas	(51.810)	(42.594)	(52.677)	(43.113)

Notas Explicativas

31. Receitas e Despesas Financeiras

As receitas (despesas) financeiras podem ser assim sumarizadas:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre de		1º trimestre de	
	2026	2025	2026	2025
Juros ativos	6.836	6.483	6.908	6.601
Rendimentos com aplicações financeiras	37.574	26.440	39.260	27.107
Receita de variação monetária	20.902	11.007	21.255	11.046
Receita de ativos financeiros/outras	111.747	41.197	112.604	41.677
Tributos sobre receita financeira	(3.786)	(2.811)	(3.907)	(2.861)
Total das receitas financeiras	173.273	82.316	176.120	83.570
Encargos sobre financiamentos	(146.029)	(106.923)	(146.036)	(106.924)
Encargos sobre provisões judiciais	(1.599)	(3.922)	(1.610)	(3.932)
Despesa de variação monetária	(41.862)	(39.342)	(41.862)	(39.342)
Outras despesas	(159)	(113)	(165)	(114)
Total das despesas financeiras	(189.649)	(150.300)	(189.673)	(150.312)
Financeiras, líquidas antes das variações cambiais	(16.376)	(67.984)	(13.553)	(66.742)
Ganhos (Perdas) com instrumentos financeiros derivativos e variações cambiais	(59.084)	45.572	(59.084)	45.572
Resultado financeiro	(75.460)	(22.412)	(72.637)	(21.170)

32. Notas Explicativas apresentadas nas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas Anuais que não estão apresentadas nesta Informação Financeira Intermediária

Conforme Ofício-Circular CVM/SNC/SEP/Nº003/2011, a Companhia efetuou a abertura das notas explicativas consideradas relevantes no contexto do “Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis”. Todas as informações cuja sua omissão ou distorção pudesse influenciar as decisões econômicas dos usuários foram devidamente divulgadas nessas Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas as quais devem ser lidas em conjunto com as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2025.

A seguir, indicamos a exata localização das Notas Explicativas cujas informações não foram repetidas nessas Informações Financeiras Intermediárias individuais e consolidadas seja por redundância ou por relevância:

Nota 04 - Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos;

Nota 26 - Seguros;

Nota 33 - Dados Operacionais e Financeiros das Atividades Relacionadas à Consecução dos Fins de Interesse Coletivo.

33. Eventos Subsequentes

a) Decreto Estadual 49.214/26 – Unidades Regionais de Saneamento Básico

Em 10 de abril de 2026, conforme Comunicado ao Mercado divulgado pela Companhia na mesma data, foi publicado o Decreto Estadual nº 49.214, que dispõe sobre a adesão dos Municípios às Unidades Regionais de Saneamento Básico (URSB) e sobre as respectivas estruturas de governança, nos termos da Lei Estadual nº 25.668, de 23 de dezembro de 2025. O referido ato normativo estabelece diretrizes para a organização regional da prestação dos serviços de saneamento básico no Estado de Minas Gerais, disciplinando os mecanismos de governança e os procedimentos para adesão voluntária dos Municípios às unidades regionais instituídas em

Notas Explicativas

lei. A adesão dos municípios às URSB é facultativa e se dará por meio de manifestação de interesse do prefeito municipal e, para conhecimento, à entidade reguladora e aos prestadores, no prazo de cento e oitenta dias a partir da data de publicação da lei.

Na data de elaboração destas informações financeiras intermediárias, o Decreto possui caráter geral e normativo, não implicando, por si só, alterações automáticas nos contratos vigentes, nem efeitos contábeis ou financeiros imediatos mensuráveis para a Companhia. Eventuais impactos decorrerão da efetiva implementação das estruturas de governança previstas, da adesão dos Municípios e de futuras deliberações regulatórias e contratuais, as quais serão oportunamente avaliadas e divulgadas, quando aplicável.

b) Trâmites envolvendo a potencial oferta pública de ações

Em 16 de abril de 2026, e conforme divulgado pela Companhia em Comunicado ao Mercado na mesma data, a Companhia tomou conhecimento da decisão provisória do TCE-MG no âmbito do Processo de Acompanhamento 1208049 tomada na 1ª Sessão Extraordinária realizada naquela data, autorizando a continuidade de determinadas etapas relacionadas à potencial oferta pública subsequente de ações de emissão da COPASA MG, a ser realizada no contexto do processo de desestatização, nos termos da Lei Estadual n.º 25.664/2025 (“Oferta”).

A referida decisão possui natureza não definitiva, limitando-se às etapas objeto de análise no referido processo, não configurando autorização final para a realização da Oferta. A eventual implementação da operação permanece condicionada, dentre outros fatores, à prestação de esclarecimentos adicionais eventualmente requeridos por órgãos de controle, à obtenção das aprovações aplicáveis (inclusive societárias e de credores), às condições macroeconômicas e de mercado, à celebração dos contratos definitivos e ao cumprimento dos procedimentos previstos na legislação e regulamentação vigentes.

Em 23 de abril de 2026, e conforme divulgado em Fato Relevante, a Companhia recebeu do acionista controlador Ofício informando sobre a divulgação, na mesma data, de “Manual de Participação na Etapa Prévia do Processo de Seleção do Investidor de Referência”, em preparação para a potencial Oferta.

Na data de elaboração destas informações financeiras intermediárias, não há efeitos contábeis reconhecíveis, tampouco alterações na estrutura societária, no controle da Companhia ou na condução de suas operações. A COPASA MG mantém suas atividades operacionais regularmente, acompanhando os desdobramentos do tema e mantendo o mercado informado, na forma da regulamentação aplicável.

c) Antecipações a Fundos Municipais de Saneamento

Em 23 de abril de 2026, conforme Comunicado ao Mercado, o Conselho de Administração da COPASA MG aprovou, no âmbito das negociações de substituição dos atuais contratos por novos contratos de concessão, nos termos do art. 14 da Lei n.º 14.026, de 2020, a antecipação de valores correspondentes aos repasses mensais do percentual de até 4% (quatro por cento) da Receita Operacional Líquida aos Fundos Municipais de Saneamento, conforme previsto na Resolução ARSAE n.º 110/2018, limitada ao montante projetado até dezembro de 2028.

O valor final a ser antecipado, descontada à taxa WACC regulatório aplicável, dependerá da adesão dos Municípios, considerando que se trata da antecipação de valores devidos aos municípios habilitados ao seu recebimento, sendo que os eventuais pagamentos serão realizados em duas parcelas nos meses de outubro de 2026 e março de 2027. O reconhecimento e tratamento regulatório do referido adiantamento foi deferido pela ARSAE-MG.

A Companhia esclarece, ainda, que a referida antecipação não se aplica ao Município de Belo Horizonte, cujas regras seguem o disposto no Aditamento ao Convênio de Cooperação com o referido Município formalizado em 26 de março de 2026, conforme Fato Relevante divulgado naquela data.

Até a data de aprovação destas informações financeiras intermediárias, a deliberação referida não resultou em reconhecimento de ativos, passivos ou despesas, tratando-se de evento subsequente não ajustável, cujos efeitos financeiros e contábeis, se e quando materializados, permanecerão condicionados à adesão dos Municípios e

Notas Explicativas

às definições regulatórias aplicáveis, referindo-se à eventual antecipação de desembolso dos repasses mensais, conforme descrito acima.

d) Conclusão da Mesa de Conciliação junto ao TCE-MG

Em 07 de maio de 2026, conforme divulgado pela Companhia em Comunicado ao Mercado, foi concluída a Mesa de Conciliação instaurada junto ao TCE-MG (Nota Explicativa 4). A Mesa de Conciliação teve por objetivo buscar o entendimento e a superação de pontos relacionados ao Marco Legal do Saneamento Básico quanto à possibilidade de ampliação dos contratos de concessão e de programa celebrados entre a Companhia e 273 municípios mineiros, atualmente destinados à prestação exclusiva dos serviços de abastecimento de água, para incluir os serviços de esgotamento sanitário sem a necessidade de prévio procedimento licitatório.

A COPASA MG e a Associação Mineira de Municípios, em comum acordo, apresentaram, ao final dos trabalhos conciliatórios, a proposta de termo de autocomposição. O instrumento reconhece a possibilidade jurídica de ampliação contratual, mediante a celebração de contratos substitutivos ou termos aditivos, conforme as particularidades de cada município.

A decisão sobre a adesão cabe exclusivamente a cada município. A inclusão dos serviços de esgotamento sanitário está condicionada ao reequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, a ser promovido pela extensão de seus prazos.

O termo de autocomposição será submetido à manifestação da Unidade Técnica do TCE-MG e do Ministério Público de Contas, para posterior deliberação do Pleno do Tribunal, condição necessária para que produza plenos efeitos.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentários sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Conforme Fato Relevante divulgado em 12 de março de 2026, a Companhia decidiu descontinuar a divulgação de projeções (*guidance*) relativas ao Programa de Investimentos de 2026-2030, em razão da necessidade de adequação e alinhamento de sua política de divulgação de projeções aos procedimentos adotados por seus consultores externos no contexto da potencial oferta pública de distribuição secundária de ações, a ser realizada pelo Estado de Minas Gerais, no âmbito do processo de Desestatização da Companhia. Dessa forma, as projeções anteriormente divulgadas deixaram de ser válidas a partir de 12 de março de 2026.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos acionistas e administradores da
Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG
Belo Horizonte – MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG (Companhia), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias executada pelo auditor da entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). A revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Ênfase – ação civil pública de recomposição asfáltica

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 16 às informações financeiras individuais e consolidadas, que descreve a condenação da Companhia em ação civil pública relacionada à recomposição asfáltica no município de Belo Horizonte e a posterior formalização de solução consensual através do Décimo Termo Aditivo de Adequação ao Convênio de Cooperação, firmado em 26 de março de 2026, que estabeleceu a obrigação da Companhia de efetuar o pagamento ao Município do montante de R\$ 300.000 mil, a ser liquidado em três parcelas entre 2026 e 2028, atualizadas anualmente pelo IPCA, e incorporado à Base de Remuneração Regulatória. O valor presente de tal montante foi registrado contabilmente pela Companhia em março de 2026, no Ativo Intangível, em contrapartida à Obrigação com o Poder Concedente (passivos circulante e não circulante). O citado Termo Aditivo foi submetido à apreciação do Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), cuja apreciação está em andamento na data de emissão das presentes informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações financeiras intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Belo Horizonte, 08 de maio de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC MG-008.957/F-8

Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 e ao inciso II do parágrafo 1º do artigo 31 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretora-Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001- 03, declaram que:

1. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., relativamente às Informações Financeiras Intermediárias da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026; e

2. Reviram, discutiram e concordam às Informações Financeiras Intermediárias da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

Belo Horizonte-MG, 08 de maio de 2026.

Marília Carvalho de Melo
Diretora-Presidente

Adriano Rudek de Moura
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cleyson Jacomini de Sousa
Diretor de Clientes, Comunicação e Sustentabilidade

Laura Petri Geraldino
Diretora de Operações

Pablo Ferraço Andreão
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DE REVISÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS E DO PARECER DE AUDITORIA INDEPENDENTE PELOS DIRETORES

Em atendimento aos incisos V e VI do parágrafo 1º do artigo 27 e ao inciso II do parágrafo 1º do artigo 31 da Resolução CVM nº 80 de 29 de março de 2022, a Diretora-Presidente e os demais Diretores da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA MG, sociedade de economia mista por ações, de capital aberto, com sede na Rua Mar de Espanha, 525, Belo Horizonte - MG, inscrita no CNPJ sob nº 17.281.106/0001- 03, declaram que:

1. Reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da Grant Thornton Auditores Independentes Ltda., relativamente às Informações Financeiras Intermediárias da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026; e

2. Reviram, discutiram e concordam às Informações Financeiras Intermediárias da Controladora e Consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

Belo Horizonte-MG, 08 de maio de 2026.

Marília Carvalho de Melo
Diretora-Presidente

Adriano Rudek de Moura
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Cleyson Jacomini de Sousa
Diretor de Clientes, Comunicação e Sustentabilidade

Laura Petri Geraldino
Diretora de Operações

Pablo Ferraço Andreão
Diretor de Engenharia e Meio Ambiente